

Isaac Roitman

Mozart Neves Ramos

Prefácio de Cristovam Buarque

A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO

Fundação **Santillana**

Moderna

A Urgência da Educação

A Urgência da Educação

Isaac Roitman e Mozart Neves Ramos

≡ III Moderna

*COORDENAÇÃO EDITORIAL: Sérgio Couto
PROJETO E EDITORAÇÃO: Ricardo Postacchini
CAPA: Amanda Cabrera*

*COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL: Wilson Aparecido Troque
IMPRESSÃO E ACABAMENTO:*

ISBN-978-85-16-07183-7

EDITORA MODERNA LTDA.

*Rua Padre Adelino, 758 – Belenzinho
São Paulo – SP – Brasil – CEP 03303-904
Tel. (11) 2790-1500
Fax (11) 2790-1501
www.moderna.com.br
2011
Impresso no Brasil*

SUMÁRIO

Apresentação

Isaac Roitman e Mozart Neves Ramos	7
------------------------------------------	---

Prefácio

Cristovam Buarque	11
-------------------------	----

Diagnósticos e Prognósticos

<i>Panorama da educação: avanços e desafios</i>	
Mozart Neves Ramos	15
<i>Um novo ano, uma nova educação</i>	
Isaac Roitman.....	23
<i>É preciso avançar</i>	
Mozart Neves Ramos	27
<i>Os grandes desafios da educação brasileira</i>	
Isaac Roitman.....	35
<i>Formação de professores</i>	
Mozart Neves Ramos	39
<i>Educação: para onde vamos?</i>	
Isaac Roitman.....	47
<i>Arranjos de desenvolvimento da educação</i>	
Mozart Neves Ramos	51

Ensino Básico

<i>Educação: a hora e a vez das crianças</i>	
Isaac Roitman.....	57
<i>Josenilson vai ao cinema</i>	
Isaac Roitman.....	61
<i>Um novo ensino médio para romper desigualdades</i>	
Mozart Neves Ramos	65
<i>Ainda é tempo de tirar o ensino médio da UTI</i>	
Isaac Roitman.....	71

Reflexões

<i>Educação na agenda política</i>	
Mozart Neves Ramos	75
<i>2014?</i>	
Isaac Roitman.....	81
<i>Educação: melhoria lenta</i>	
Mozart Neves Ramos	85
<i>Inimigos invisíveis</i>	
Isaac Roitman.....	91
<i>Isabellas anônimas</i>	
Isaac Roitman.....	95
<i>Por um Brasil sustentável</i>	
Mozart Neves Ramos	99
<i>A burka da educação</i>	
Isaac Roitman.....	107
<i>Prefiro o sonho do futuro à história do passado</i>	
Isaac Roitman.....	111

Planejando o futuro

<i>Conferências e consequências</i>	
Isaac Roitman.....	117
<i>Pacto pela educação</i>	
Isaac Roitman e Marco Antonio Raupp	121
<i>O Novo PNE e a Formação Docente</i>	
Mozart Neves Ramos	125
<i>O Plano Nacional de Educação e a educação infantil</i>	
Isaac Roitman.....	129
<i>O terceiro manifesto da educação nova</i>	
Isaac Roitman.....	133
<i>Algumas contribuições do Todos Pela Educação ao PNE 2011-2020</i>	
Mozart Neves Ramos	137

Notas biográficas

Isaac Roitman.....	147
Mozart Neves Ramos	149

Apresentação

Isaac Roitman e Mozart Neves Ramos

Nos últimos 15 anos, a educação brasileira alcançou algumas conquistas importantes para melhorar a sua qualidade. Como exemplo, podemos citar a criação de um fundo de financiamento para toda a educação básica (o Fundeb), construído a partir do Fundef; um sistema de avaliação consolidado, que chegou à escola; e metas de aprendizagem. Apesar disso, o Brasil ainda está longe da educação oferecida pelos países que estão no topo da educação básica mundial.

O desempenho educacional das crianças brasileiras é muito inadequado. Segundo o PISA (Programme for International Student Assessment), 54% dos alunos que têm pelo menos 15 anos de idade e estão pelo menos na sétima série encontram-se abaixo do nível mínimo de leitura. Segundo o SAEB (*Sistema de Avaliação da Educação Básica*), mais de 60% das crianças na quarta série não atingiram o nível mínimo de leitura adequada segundo o próprio MEC. Embora o número de alunos no ensino médio venha aumentando de forma significativa nos últimos 20 anos, menos de 60% dos jovens conseguem terminar esse nível de ensino – e este número tem se estabilizado. Uma fração ainda menor, ingressa no ensino superior.

Melhorar a qualidade da educação brasileira é um desafio urgente e prioritário. O enfrentamento desses desafios passa necessariamente pela valorização da carreira docente. Nos países que atingiram educação de qualidade, os melhores alunos do ensino mé-

dio desejam ser professores. Isso se deve a quatro fatores: ao salário inicial atraente, à carreira promissora com base no desempenho docente, à formação inicial sólida e às boas condições de trabalho. Ou seja, o magistério precisa ser objeto do desejo também no Brasil. Além disso, o currículo da escola moderna deve proporcionar em igual escala as condições para que todos se desenvolvam como cidadãos em potencial. Assim, a escola deve assumir valores, que estimulem a autonomia dos alunos, os oriente para o respeito, a si mesmos, aos demais e para a solidariedade. Além disso, que os prepare para respeitar a natureza, compreender e conviver com a diversidade cultural e fazer o que estiver ao seu alcance para trabalhar pela paz e pela igualdade de seus semelhantes. Assim é preciso que em todos os níveis da educação haja uma libertação dos manuais didáticos e abandonemos as formas convencionais de “transmissão do conhecimento”. Essas modificações implicam na adoção e aceitação de novas tecnologias (computadores, softwares, Internet, etc) como ferramentas pedagógicas, aliadas ao trabalho do professor e do aluno e, sendo representativas do contexto social em que estes se encontram inseridos, despertem neles as capacidades de construção e organização dos conhecimentos, aprendendo assim a compartilhá-los. Na revisão dos conteúdos escolares é importante perceber que precisamos cada vez menos do educador que “sabe tudo” e do “educador especializado”. As gerações de crianças e adolescentes que receberemos na escola exigirão uma metodologia diferenciada e uma forma de tratamento respeitosa entre educador /aluno. A educação escolar, em todos os níveis, sempre esteve presa a lugares e tempos determinados: salas de aula, calendário escolar, grade curricular e modelos pedagógicos centrados no Professor. Uma nova concepção pedagógica deve apontar para um conhecimento integrador, o desenvolvimento de uma sensação de segurança por parte dos alunos: autoestima e autoconhecimento o estímulo permanente

a criatividade, a crítica argumentada, o estímulo a iniciativa: alunos empreendedores, e sobretudo a construção de valores da cidadania. Essa nova pedagogia deverá privilegiar algumas aptidões nos primeiros anos da educação escolar: saber ler, interpretar, escrever, contar, raciocinar, relações respeitosas entre seres humanos e respeito pela natureza. Sem a exclusão de atividades individuais, as atividades de interação e o trabalho em equipe deverão ser estimulados, através do desenvolvimento de projetos com objetivos claros. As atividades artísticas, culturais e esportivas deverão ser incentivadas respeitando-se as tendências e as sensações individuais dos alunos.

O Brasil da redemocratização e da economia próspera precisa agora acordar de vez para a causa da educação de qualidade. Os próximos governantes precisam definir com clareza a responsabilidade de cada ente federado na educação. A aprendizagem é um direito constitucional que não é respeitado no Brasil, e assegurá-lo é dever do Estado. Por isso, há urgência de estabelecer um regime de colaboração legalmente constituído entre os entes federados e uma Lei de Responsabilidade Educacional.

O livro: “Urgência da Educação” reúne um conjunto de textos publicados na imprensa e em outros veículos de comunicação, que abordam temas da educação brasileira. O objetivo maior será de provocar debates e estimular o leitor a criar novas idéias e instrumentos, amplificando o clamor para a urgente conquista da qualidade da educação brasileira.

Prefácio

Cristovam Buarque

Professor da Universidade de Brasília e Senador da República

No Brasil, as universidades costumam lutar por mais recursos para o ensino superior. Fazem a defesa de mais recursos em nome da qualidade da universidade. Jamais pensando que não há qualidade no ensino superior sem qualidade na educação de base. Felizmente, alguns acadêmicos têm o entendimento e defendem a importância da base como condição para a qualidade do superior. Um exemplo disso é o livro *A Urgência da Educação*. Com seriedade, consistência e humor os dois autores tomam posição e defendem a educação de base de nossas crianças, como condição para formar uma sociedade moderna, derrubar o muro do atraso no Brasil em relação a outros países de menor porte, e da desigualdade que divide nosso país. Eles não se limitam à educação de base, sabem da importância do conhecimento de nível superior, mas não esquecem e se concentram na qualidade da educação básica.

Este livro reúne duas importantes personalidades do mundo do ensino superior, da ciência e tecnologia para defender a educação de base. Um importante cientista biólogo e integrante da SBPC, e um reconhecido químico e ex-reitor, ambos professores universitários, se dedicam a defender a educação de base. Mas essa não é a justificativa para fazer de *A Urgência da Educação* um livro que precisa ser lido pelo Brasil. Vale a pena citar o artigo Inimigos Invisíveis, de 16 de maio de 2009, onde depois de uma mensagem histórica sobre a

microbiologia que localiza inimigos invisíveis, conclui dizendo que o pior dos inimigos invisíveis, é aquele “que envenena a formação de nossa personalidade”: a falta de educação. Para esse inimigo invisível, a vacina é a escola. Uma vacina conhecida e possível, mas relegada. Em diversos outros artigos os autores mostram o que fazer e como fazer para que o Brasil possa pagar a vergonhosa dívida com suas gerações passadas e construir o futuro. Seria muito bom, que cada professor e cada estudante universitário fizesse como Isaac Roitman e Mozart Neves Ramos e tivesse essa sensibilidade, essa competência e esse patriotismo. O livro deles vai ajudar a criar urgência para a educação. Se não fosse por mais nada, este livro seria um exemplo para o Brasil, por reunir dois cientistas, professores universitários de renome, passando à comunidade universitária a idéia da importância e da urgência da educação.

Espero que o livro seja divulgado, lido, debatido, e sirva para nos despertar: é urgente fazer a revolução na educação de base.

Diagnósticos e Prognósticos

- Panorama da educação: avanços e desafios – *Mozart Neves Ramos*
- Um novo ano, uma nova educação – *Isaac Roitman*
- É preciso avançar – *Mozart Neves Ramos*
- Os grandes desafios da educação brasileira – *Isaac Roitman*
- Formação de professores – *Mozart Neves Ramos*
- Educação: para onde vamos? – *Isaac Roitman*
- Arranjos de desenvolvimento da educação – *Mozart Neves Ramos*

Panorama da educação: avanços e desafios*

Mozart Neves Ramos

O debate em torno de uma Educação de qualidade vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade brasileira. Para aproveitar os bons ventos da economia, o país precisa mais do que nunca assumir o caráter de urgência da Educação. É dentro desse contexto que entendo que seja importante fazer uma breve avaliação do panorama atual da Educação no Brasil, a partir dos dez principais desafios e avanços.

Sem dúvida, um avanço muito importante se deu com relação ao mecanismo de financiamento, da creche ao ensino médio, com o advento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Foi um belo exemplo de continuidade de política pública, construída a partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O Fundef foi, naquele momento de sua criação, um marco na efetivação do regime de colaboração. Importante ressaltar a mensagem presidencial que acompanhou o Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional: “a Constituição Federal de 1988 não explicita de forma coerente as responsabilidades e competências de cada uma das esferas (de governo), de forma que o cidadão

* Parte desse conteúdo foi publicado no Correio Braziliense de 19/08/2010. 011.

comum saiba a quem cobrar o cumprimento das garantias constitucionais... em consequência dessa indefinição de papéis, resulta um sistema – na realidade uma diversidade de sistemas – de atendimento escolar que deixa muito a desejar, sobretudo no que diz respeito à qualidade da educação oferecida. (...) a dispersão dos esforços dos três níveis de governo gerou grande heterogeneidade da qualidade do atendimento escolar porque a distribuição de recursos não é compatível com as efetivas responsabilidades na manutenção das redes de ensino”.

O Fundef trouxe três grandes novidades. A primeira foi a criação de um fundo que aglutinaria recursos vinculados aos estados e seus municípios, cujo objetivo seria redistribuir este dinheiro conforme o tamanho da rede em termos de matrículas. Isso levou, sobretudo, à redistribuição horizontal dos recursos entre as municipalidades em cada estado, incentivando a assunção de responsabilidades no Ensino Fundamental. Outro aspecto importante foi que parte deste fundo seria destinada ao salário e a capacitação dos professores, algo que teve algum impacto na redução da desigualdade de condições entre os entes federados. Por fim, estabeleceu-se que caberia à União dar uma verba suplementar aos estados que não conseguissem atingir um valor mínimo ao financiamento aluno/ano.

Tomando o Fundef como referência e buscando dar uma visão sistêmica à educação, da Educação Infantil ao Ensino Médio, ou seja, de toda a Educação Básica, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou o Fundeb, mediante a Lei de nº 11.494, de 20 de junho de 2007. O desenho do Fundeb, no que se refere a sua formulação, teve um contorno de participação bem distinto daquele do Fundef, mediante a efetiva participação de entidades e fóruns federativos vinculados à área educacional, como o CONSED e a UNDIME. Além do maior envolvimento

das entidades e instituições, como também na amplitude de alcance para toda a Educação Básica, o Fundeb trouxe também outro ponto importante em seu artigo 7º ao fixar o percentual de 10% como parcela da complementação da União para ser distribuída para os fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da Educação Básica.

Outro importante exemplo de continuidade das políticas educacionais se deu a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) com a implantação do Prova Brasil. Isso permitiu que a avaliação passasse de um processo amostral para universal, e assim ela chegou até a Escola. Isso permite aos pais terem uma informação detalhada sobre a escola de seus filhos, além de dar transparência à sociedade do que cada escola vem fazendo para melhorar a qualidade da educação oferecida aos seus alunos.

Com o movimento Todos Pela Educação, iniciado formalmente em 6 de setembro de 2006, o país teve pela primeira vez metas para melhorar a qualidade da educação, e sobre isso dedicaremos um capítulo à parte neste livro. A cultura de metas para a Educação foi ampliada, com a criação, em 2007, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) na estrutura do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para aferir o rumo da qualidade até 2021. Assim, cada escola, cada rede e cada município e estado, e o próprio país, tem agora a sua meta a ser alcançada a cada dois anos, devendo, no caso do ensino fundamental – séries iniciais, chegar, em 2022, ao Ideb 6,0, que é equivalente àquele dos países da comunidade europeia, tomando como referência o PISA. Na tabela 1 mostramos os Idebs a serem alcançados pelo Brasil, em cada uma das etapas da educação básica, até 2021.

Tabela 1. Metas do Ideb que o Brasil deve alcançar até 2021 em cada uma das etapas da educação básica.

IDEB	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais E.F.	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais E.F.	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Outro avanço importante no que concerne o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, veio mediante a implantação do Plano de Ações Articuladas (PAR) dentro do próprio PDE. O PAR possui uma interessante vantagem, em relação aos convênios tradicionais, uma vez que são elaborados a partir da utilização do instrumento de avaliação de campo com a participação de especialistas externos, gestores e educadores locais, conferindo-lhe assim uma maior participação e comprometimento para o alcance de metas educacionais. O PAR é elaborado a partir de quatro dimensões:

- gestão educacional,
- formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar,
- práticas pedagógicas e avaliação,
- infra-estrutura física e recursos pedagógicos.

O PAR é, portanto, multidimensional e sua temporalidade o protege daquilo que tem sido o maior impeditivo do desenvolvimento do regime de colaboração: a descontinuidade das ações, a destruição da memória do que foi adotado, o que se tornava um impeditivo para o alcance de metas de longo prazo para cada escola ou rede de ensino.

Essa nova concepção de pensar a educação permitiu a construção orgânica do modelo de arranjo de desenvolvimento da educação, que trataremos num Capítulo à parte, ao considerar o PAR como o instrumento de referência na definição de estratégias de atuação comum entre escolas, entre municípios, entre estados e regiões para alavancar os indicadores locais de educação, trabalhando em regime de colaboração, mas sem ferir as respectivas autonomias, em consonância com os princípios federativos.

A promulgação da Emenda Constitucional 59/2009 foi outro avanço importante, que tornou obrigatório o ensino dos 4 aos 17 anos, e sua universalização deve ocorrer até 2016. Para o seu alcance os recursos para a Educação básica foram também ampliados a partir do fim da incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) na Educação.

Em relação aos professores, a Lei do Piso Salarial para a categoria foi outro importante avanço. Trata-se de imprescindível passo para a valorização do magistério, mas que, praticamente, ainda não saiu do papel na larga maioria dos estados e municípios. Espera-se agora com a recente decisão do STF que sua implantação ocorra na prática. No nosso entendimento, resgatar a valorização do professor passa a ser o maior desafio para os futuros governantes, ou seja, o desafio a ser vencido, caso o país queira aproveitar o momento favorável na economia. A carreira do magistério precisa se tornar (ou voltar a ser) objeto de desejo. No Brasil, um professor ganha, em média, 40% menos do que a média de outros profissionais com a mesma escolaridade, como pode ser vista na tabela 2.

Nessa tabela mostramos os números do Brasil, de Pernambuco (O estado com pior salário) e Distrito Federal (quem melhor paga), segundo estudo da pesquisadora Fabiana de Felício tomando como referência os microdados da PNAD/IBGE 2009.

Tabela 2. O salário médio de um professor da educação básica é 40% menor que a remuneração, também média, de um trabalhador com o mesmo nível de escolaridade.

Unidades da Federação	Professor	Demais ocupações
Brasil	R\$ 1.745	R\$ 2.799
Pernambuco	R\$ 1.219	R\$ 2.311
DF	R\$ 3.472	R\$ 4.771

A erradicação do analfabetismo, na faixa etária de 15 anos ou mais, andou de forma muito lenta, obrigando mesmo o então presidente Lula, em 2010, a chamar os governadores do Norte e Nordeste para intensificar essa ação. Além disso, o Ministério da Educação (MEC), ao contrário de alguns estados e de vários municípios, não instituiu um indicador nacional para aferir o analfabetismo de crianças até os 8 anos de idade, e assim a “torneira do analfabetismo” vai continuar aberta. Recentemente, o movimento Todos Pela Educação, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro e INEP, iniciou a prova ABC para aferir o nível de alfabetização das crianças aos 8 anos de idade em todas as capitais brasileiras, e esse pode ser um passo importante para a criação deste indicador.

Não obstante as recentes diretrizes para o ensino médio, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, um dever de casa ainda a ser feito é a estruturação de uma política pública voltada para o ensino médio, que apresenta altos índices de abandono e registra baixo desempenho escolar. Já vimos aqui, em outro capítulo deste livro, que dos alunos que chegam ao final da 3ª série dessa etapa da Educação básica, somente 11% aprenderam, por exemplo, os conteúdos espera-

dos em matemática. Os jovens querem uma escola que caiba na vida, e não a encontram no atual modelo de ensino médio.

Sem dúvida foram avanços importantes, inquestionáveis, mas o tamanho da dívida histórica deste país com a educação é tão grande que muito ainda precisa ser feito, e com agilidade, exigindo de toda a sociedade participação efetiva na busca de uma educação de qualidade para todos.

Um novo ano, uma nova educação*

Isaac Roitman

Um novo ano e um novo governo inspiram novos sonhos e expectativas. O maior dos sonhos, o de o Brasil se tornar um país justo e soberano. Podemos até ter uma conjuntura econômica favorável, construída nos últimos anos. No entanto, não teremos o país que almejamos se não tivermos educação de qualidade para todos os jovens, alicerce de uma democracia. Avaliações nacionais e internacionais revelam uma lamentável realidade, principalmente na educação básica. Em julho, ainda candidata, Dilma Rousseff participou de debate na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Após discursar, foi feita a ela a seguinte pergunta: “Se eleita, fará o possível e o impossível para que até 2014 o piso salarial do professor de ensino básico seja de R\$ 4 mil?” Ela respondeu: “Não posso fazer promessas com números, pois, se não conseguir cumprir, estarei fazendo falsas promessas. No entanto, tentarei fazer o possível e o impossível para termos o piso proposto, que acho adequado”. Faz parte da nossa tradição candidatos a qualquer cargo eletivo prometerem lutar pela melhoria da educação. No entanto, na grande maioria das vezes, a promessa é esquecida, aparentemente por uma súbita amnésia. Mas uma esperança se esboça no horizonte. Em recente pronunciamento, o ministro da Educação do governo Dilma Rousseff, Fernando Hadadd, afirmou

* Correio Braziliense, Brasília, 28 de dezembro de 2010.

“que o salário do professor será prioridade no governo Dilma. O Plano Nacional de Educação prevê uma mesa de negociação permanente sobre o piso salarial” (atualmente de R\$ 1.025). A intenção soa como música para as pessoas que acreditam que a valorização do professor é pré-requisito para a conquista de uma educação de qualidade. O piso de R\$ 4 mil sugerido para 2014 deve ter ajustes na próxima década para que no ano 2022 os salários dos professores do ensino básico estejam na faixa superior dos servidores públicos. Paralelamente à valorização, a formação dos professores deve ser revista e adequada aos avanços tecnológicos, ao mundo moderno e aos jovens de hoje. Uma nova carreira docente deve ser estruturada, baseada no desempenho e no mérito. Em novembro de 2009 foi lançado na Universidade de Brasília o Movimento SBPC: Pacto pela educação, que congrega, além do segmento acadêmico, entidades estudantis, sindicalistas, empresariais e organizações sociais. Esse movimento propõe ações em outras dimensões importantes, para que os jovens brasileiros possam ter educação digna, que lhes permitam compreender melhor o mundo em que vivem, e sejam preparados para exercer uma profissão digna, que respeite o anseio individual. Entre essas dimensões estão elencadas uma atualização de conteúdos nos diferentes níveis da educação: primeira infância e ensino infantil, fundamental, médio, profissional e superior. Os métodos pedagógicos devem ser revistos com a utilização das tecnologias contemporâneas de informação e comunicação. É também de fundamental importância a arquitetura escolar, proporcionando ambiente adequado para o processo cognitivo. Em adição, uma gestão escolar eficiente e profissional deve ser perseguida. A integração da escola com a sociedade, principalmente com os pais, é também fundamental. Esse é o desafio da presidente Dilma Rousseff e do ministro Fernando Hadadd. Confiamos nos dois, lembrando os pensamentos de Carlos Drummond de Andrade: “Quem teve a ideia de

cortar o tempo em fatias, a que se deu o nome de ano, foi um indivíduo genial. Industrializou a esperança fazendo-a funcionar no limite da exaustão. Doze meses dão para qualquer ser humano se cansar e entregar os pontos. Aí entra o milagre da renovação e tudo começa outra vez com outro número e outra vontade de acreditar que daqui para adiante vai ser diferente”.

É Preciso avançar*

Mozart Neves Ramos

Em dezembro de 1989, com um índice mensal de inflação de absurdos 53,55%, o Brasil vivia um dramático processo de hiperinflação e, se comentava nos bastidores, preparava-se para dar um calote no Fundo Monetário Internacional (FMI).

Vinte anos depois, vivemos uma situação completamente inversa. Com uma taxa de inflação dos últimos 12 meses da ordem de 4,3% e robustas reservas internacionais, mesmo diante da mais grave crise econômica da história, o país torna-se credor do FMI. Se na economia o Brasil vem fazendo o seu dever de casa e gradativamente se transforma num país de alta credibilidade no cenário internacional, o mesmo não se pode dizer da relação entre desenvolvimento econômico e equilíbrio social.

A pergunta que se coloca é como fazer com que a maioria da atual e das futuras gerações de brasileiros aproveite as inúmeras oportunidades geradas por esse novo ambiente econômico.

A resposta a essa indignação passa necessariamente pela melhoria da qualidade da nossa educação pública. E quando observamos o baixo índice de desenvolvimento educacional de nossos alunos, não obstante os inúmeros esforços e avanços que o país experimentou nas últimas décadas, há motivos para apreensões. E por que temos resultados tão distintos entre economia e educação nesse período?

* Parte desse texto foi publicado no jornal O Globo de 06/02/2010 e na Revista Época – Número Especial de 01/11/2010.

Em primeiro lugar, porque na educação a descontinuidade dos programas e do corpo técnico tem se constituído num dos principais entraves ao avanço da área na velocidade desejável. Enquanto isso, ao longo dos três últimos governos, a economia foi tratada como assunto de estado, e não apenas como uma questão programática de governo.

Em segundo lugar, falta ao nosso país um Sistema Nacional de Educação, constituído de planos estaduais e municipais de educação, de um regime de colaboração entre os entes federados que de fato funcione e de uma lei que seja capaz de definir com clareza não só as atribuições, como também as responsabilidades de cada governante. Por exemplo: de quem é a responsabilidade por termos tantas crianças terminando a 4ª série do ensino fundamental sem serem capazes de ler e escrever adequadamente?

Em terceiro lugar, o custo por aluno/ano na educação básica – hoje em torno de R\$ 3 mil –, apesar do inegável aumento observado na última década (tabela 1), especialmente nos últimos três anos do Governo Lula, é ainda muito baixo. O valor atual é ainda inferior ao que investem países vizinhos como Chile, Argentina e México, e a cinco vezes menos do que os países da comunidade européia.

Tabela 1. Evolução de 2000 para 2009 do investimento público total por etapa da educação básica em termos de aluno/ano. (Fonte: INEP/FNDE/MEC)

Ano	Educação Básica (R\$)	Educação Infantil (R\$)	E.F. Séries iniciais (R\$)	E.F. Séries Finais (R\$)	Ensino Médio (R\$)
2000	1.388,00	1.587,00	1.365,00	1.393,00	1.324,00
2009	2.948,00	2.257,00	3.177,00	3.314,00	2.317,00

Diante de um cenário tão desafiador e cheio de obstáculos, temos que louvar as iniciativas embasadas no princípio de uma políti-

ca de estado, que expressam compromisso com a melhoria da nossa educação e que, por essa razão, necessitam de continuidade para que seus efeitos sejam sentidos.

Nessa direção é preciso reconhecer que, nos últimos 15 anos, a educação brasileira alcançou algumas conquistas importantes para melhorar a sua qualidade. Como exemplo, podemos citar a criação de um fundo de financiamento para toda a educação básica (o Fundeb), construído a partir do Fundef; um sistema de avaliação consolidado, que chegou à escola; e metas de aprendizagem. Apesar disso, o Brasil ainda está longe da educação oferecida pelos países que estão no topo da educação básica mundial. Isso pode ser visto na tabela 2 com base nos resultados do PISA em Matemática e Leitura.

Tabela 2. Desempenho em Matemática e Leitura, em 2006, do Brasil e outros países no PISA*.

País	Matemática	Leitura
China (Taiwan)	549 (1º)	496 (16º)
Finlândia	548 (2º)	547 (2º)
Hong Kong	547 (3º)	536 (3º)
Coréia do Sul	547 (4º)	556 (1º)
Uruguai	427 (42º)	412 (42º)
Chile	411 (47º)	442 (38º)
México	406 (48º)	410 (43º)
Argentina	381 (52º)	378 (53º)
Brasil	369 (54º)	393 (49º)

*Em parênteses a posição no ranking;

Nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, estamos, na verdade, estagnados, como pode ser visto na tabela 3, tomando como referência as metas de aprendizagem do Todos pela Educação, que indica o percentual de alunos que aprenderam o que seria esperado em matemática naquela etapa da aprendizagem. Enquanto se observa avanços importantes nas séries iniciais do ensino fundamental, o mesmo não ocorre nas duas etapas seguintes da educação básica. Assim, enquanto na séries iniciais de 2003 para 2009 o percentual de alunos com aprendizado adequado em matemática passou de 15,1% para 32,5% (mais do que dobrou), nas séries finais nada mudou, ou seja, em 2003 o percentual era de 14,7%, o mesmo observado em 2009. O Brasil está estagnado em termos de aprendizagem escolar nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. E estagnação em Educação significa retrocesso.

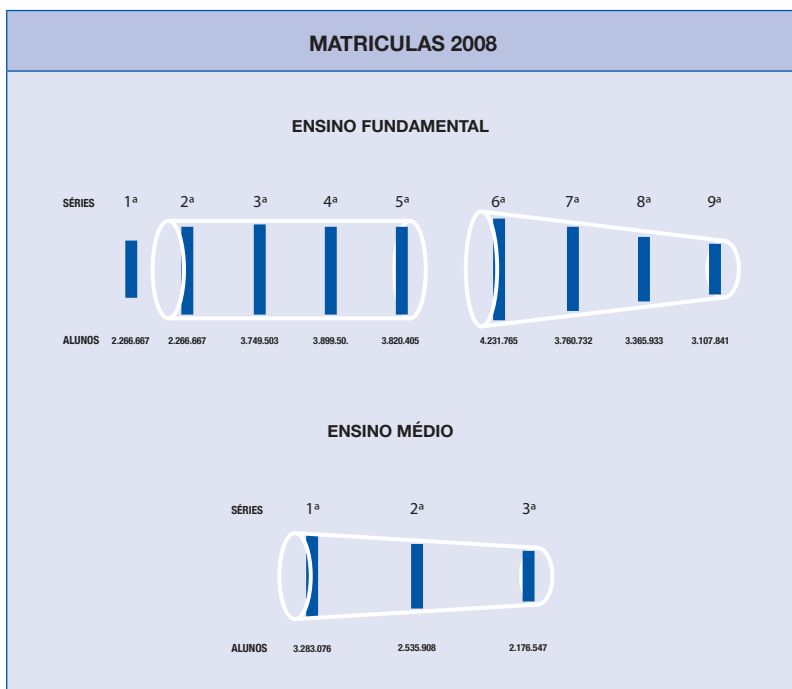
Tabela 3. Percentual de alunos que aprenderam o que seria esperado em matemática ao final de cada de cada Etapa da Educação Básica. (Fonte: Relatório de Monitoramento das Metas do Todos Pela Educação, 2010)

Etapa da Educação Básica	1999	2001	2003	2005	2007	2009
5º ano do EF	14,4%	14,9%	15,1%	18,7%	23,7%	32,5%
9º ano do EF	13,2%	13,4%	14,7%	13,0%	14,3%	14,7%
3º ano do EM	11,9%	11,6%	12,8%	10,9%	9,8%	11,0%

Certamente, o maior desafio na área da educação para os próximos governantes está no campo da aprendizagem escolar. Como se pode notar na tabela 2, dos alunos que chegam ao final da educação básica, apenas 11% aprenderam o conteúdo de matemática que seria esperado para essa etapa. Em língua portuguesa, o porcentual de aprendizagem adequada também não é nada alentador: cerca de 25% dos concluintes dominam o conteúdo esperado, segundo o

Relatório de Metas 2010 do Todos Pela Educação. Isso sem contar o fato de que um percentual importante de estudantes abandonam os estudos ao longo do caminho, como pode ser visto na Figura 1. Deveríamos ter um cilindro, em termos de fluxo escolar ao longo de toda a Educação Básica, mas o que observamos é um cilindro nas séries iniciais e dois cones nas outras duas etapas (ensino fundamental – séries finais e médio) da educação básica, segundo o Censo Escolar de 2008:

Figura 1. Fluxo Escolar ao longo das séries da educação básica, segundo o Censo Escolar de 2008.



Com relação à alfabetização, os últimos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009 revelaram que temos ainda 9,7% de analfabetos no Brasil com 15 anos ou mais de

idade. Considerando os funcionais – os que apenas escrevem uma frase, mas não conseguem interpretar um simples texto –, esse percentual chega a 30%. No Nordeste, esse percentual é de quase 50%.

O enfrentamento desses desafios passa necessariamente pela valorização da carreira docente. Nos países que atingiram educação de qualidade, os melhores alunos do ensino médio desejam ser professores. Isso se deve a quatro fatores: ao salário inicial atraente, à carreira promissora com base no desempenho docente, à formação inicial sólida e às boas condições de trabalho. Ou seja, o magistério precisa ser objeto do desejo também no Brasil.

Nos países com educação de qualidade, os melhores alunos do ensino médio desejam ser professores. Para chegar a esse nível, o país precisa ampliar os investimentos em educação básica, chegar a 7% do PIB, em 2014, e tornar mais eficiente a gestão da educação. Na proposta do Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos, enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, essa é a perspectiva. Entretanto, o encaminhamento extraído da Conferência Nacional de Educação de 2010, é que esse percentual chegasse a 10% do PIB. Nos cálculos preliminares do MEC, o país vai precisar colocar a mais no orçamento da educação, para a execução do PNE 2011-2020, algo em torno de 61 bilhões de reais. Há uma frase de um ex-reitor da Universidade de Harvard, Derek Bok, que se aplica bem a essa questão: *“se você acha a educação cara, experimente a ignorância”*

Independente da questão financeira, se 7 ou 10% do PIB para a educação, outro ponto que parece ser também relevante é a qualidade da gestão desses recursos, que deve merecer uma atenção especial dos gestores. A gestão da educação, que vai do secretário de Estado ou do Município aos profissionais das instituições de ensino (diretores e coordenadores pedagógicos), precisa ser aprimorada. É inadmissível que, em pleno século XXI, os diretores, em muitos

Estados e municípios brasileiros, sejam ainda nomeados por indicação política. Outro ponto importante é a formação de gestores. Se levarmos em conta que um gestor hoje precisa, além do conhecimento pedagógico, de conhecimentos nas áreas de liderança, relações interpessoais, contabilidade, tecnologia da informação e gestão de pessoas, somente a título de exemplo, estudos da Fundação Victor Civita mostram que os atuais diretores, na maioria dos casos, não possuem essa formação complementar. A sua primeira formação é, em geral, nos cursos de graduação em Pedagogia, Letras, História e em Ciências Físicas e Biológicas, como pode ser visto na tabela 4.

Tabela 4. Formação inicial dos gestores escolares.

Curso de graduação	%
Pedagogia	43%
Letras	16%
História	7%
Ciências Físicas e Biológicas	5%

Temos ainda outro problema a resolver: a falta de equidade na oferta educacional. Muitas escolas funcionam sem atender ao que poderíamos chamar de um padrão mínimo de qualidade, sem os insumos básicos necessários a seu funcionamento. Recentemente, o Conselho Nacional de Educação (CNE) encaminhou ao Ministério de Educação (MEC) uma proposta de resolução para normatizar e estabelecer padrões mínimos de funcionamento para uma escola em nosso país.

Por fim, os governantes precisam definir com clareza a responsabilidade de cada ente federado na educação. A aprendizagem é

um direito constitucional que não é respeitado no Brasil, e assegurá-lo é dever do Estado. Por isso, há urgência de estabelecer um regime de colaboração legalmente constituído entre os entes federados e uma Lei de Responsabilidade Educacional.

O Brasil da redemocratização e da economia próspera precisa agora acordar de vez para a causa da educação de qualidade.

Os grandes desafios da educação brasileira*

Isaac Roitman

Na última semana de julho, realizou-se a *62ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*, em Natal, no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Entre as temáticas da reunião, a educação foi objeto de discussões realizadas em conferências, mesas-redondas, em grupos de trabalho e mesmo nos debates com candidatos à Presidência da República. É consenso que a educação básica - primeira infância, infantil, fundamental e médio - se constitui na principal tragédia da educação brasileira. Abundantes dados de avaliações nacionais e internacionais comprovam a tragédia. Começamos com a educação da primeira infância, que tem como cenário principal o ambiente familiar e as creches. Não existe no Brasil uma política pública consolidada para a educação de crianças de até 3 anos. Segundo James Heckman, Prêmio Nobel de Economia em 2000, colocar mais crianças na escola, como tem feito o Brasil, é bom. Cuidar da melhoria da qualidade de ensino é ainda melhor. Mas essas duas iniciativas, por mais bem executadas, não chegarão a fazer muita diferença se não investirmos nas crianças de até 3 anos de idade, a chamada primeira infância. Ele ressalta que aos 3 anos de idade começa a distância, em termos de melhoria nas condições de vida, entre as pessoas cujos pais tratam de estimulá-las, lendo para elas, engajando-as em jogos e conversas, e aquelas que

* Correio Braziliense, Brasília, 07 de agosto de 2010.

são negligenciadas por eles. É a partir daí que começa a surgir a grande divisão, fazendo com que a desigualdade se perpetue nas gerações posteriores. Segundo ele, baseado em projetos desenvolvidos nos Estados Unidos, cada dólar investido na educação da primeira infância deu um retorno de US\$ 9 para a sociedade. No entanto, os ganhos obtidos com esses programas podem ficar para trás se a criança for depois matriculada em escolas de baixíssima qualidade, que é o caso da grande maioria das escolas públicas brasileiras.

Nas discussões da reunião anual da SBPC em Natal, várias dimensões foram analisadas visando à conquista da qualidade de educação nas escolas públicas. A dimensão mais importante é o papel desempenhado pelo professor. É um requisito fundamental que o professor do futuro - novo professor - tenha formação adequada para educar o jovem contemporâneo dentro de um contexto da “era do conhecimento”, em que a relação social é influenciada de forma permanente pelos rápidos avanços científicos e tecnológicos. Assim, ele não será um simples instrumento de transmissão de novos conhecimentos, atuando como um facilitador da aprendizagem. A missão do professor deverá ser valorizada pela sociedade. Uma meta nesse sentido é que, em 2014, o piso salarial do professor de ensino básico, que hoje está em torno de R\$ 1 mil, seja de R\$ 4 mil. Essa meta foi apresentada nos debates com os candidatos à Presidência da República. Até 2022 o salário do professor deverá estar entre os melhores no serviço público. As condições de trabalho deverão ser propícias ao ambiente educacional, e os planos de carreira, baseados em desempenho. Os conteúdos e os processos pedagógicos deverão ser revisados estimulando a autonomia dos estudantes, orientando para o respeito a si mesmo e aos demais e para a solidariedade. As futuras gerações deverão ser preparadas para respeitar a natureza, compreender a diversidade cultural e fazer o que estiver ao seu alcance para trabalhar pela paz e pela igualdade de seus semelhantes.

Uma nova concepção pedagógica deve apontar para um conhecimento integrador dentro de um cenário que estimule a criatividade e a crítica e, sobretudo, a construção de valores da cidadania. As atividades culturais, artísticas e esportivas deverão ser incentivadas, respeitando-se as tendências e as sensações individuais dos estudantes. Outras dimensões, como infraestrutura, gestão, avaliação e integração com os pais e a sociedade, deverão ser também aperfeiçoadas. Esses desafios deverão estar na pauta de nossos governantes nas próximas décadas. A educação de qualidade é um investimento caro. Para aqueles governantes que usam esse argumento para pouco fazer pela educação, seria pertinente lembrar o pensamento de Derek Curtis Bok, ex-presidente da Universidade de Harvard, que disse: “Se você acha que a educação é cara, tenha a coragem de experimentar a ignorância”.

Formação de professores*

Mozart Neves Ramos

Nos últimos 20 anos, tive a oportunidade, na condição de gestor público, de viver os dois lados da moeda, o da educação básica e o do ensino superior. Hoje, não tenho dúvidas em afirmar que o maior desafio da educação brasileira está na valorização da carreira do magistério.

A larga maioria dos jovens que termina o ensino médio não deseja ser professor, seja pela baixa remuneração, seja pelas difíceis condições de trabalho associadas muitas vezes à violência. Em algumas áreas, como química, física e matemática, estamos vivendo (e não é de agora) um apagão de mão de obra qualificada. Quando secretário de educação de Pernambuco era muito comum identificar professores de geografia dando aulas de química, por exemplo. Uma parte significativa dos professores da educação básica no Brasil dá aula em outras disciplinas diferentes daquele para a qual foi formado. Isto pode ser visto na tabela 1. Dos que ensinam física, 61% não tem formação adequada, enquanto em química, este percentual é de 44%!

E o pior, a formação inicial dada pelas nossas universidades deixa muito a desejar em relação às necessidades atuais da escola pública, conforme revelou uma pesquisa da educadora Bernadete Gatti, para a Fundação Victor Civita. Algumas das conclusões extraídas

* Parte desse conteúdo foi publicado no Correio Braziliense de 02/05/2011.

Tabela 1. Percentual de docentes sem formação adequada por disciplina do Ensino Médio.

Disciplinas	% Docentes
Língua Portuguesa	18%
Matemática	41%
Biologia	28%
Física	61%
Química	44%
Língua Estrangeira	18%
Educação Física	23%
Educação Artística	59%
História	29%
Geografia	31%

Fonte: Censo do Professor 2007 – MEC/INEP

deste trabalho foram: 1) Currículo fragmentado: conjunto disciplinar bastante disperso; 2) Apenas 30% das disciplinas oferecidas são dedicadas à formação profissional específica; predominando os referenciais teóricos, seja de natureza sociológica, psicológica ou outros, com associação em poucos casos às práticas educacionais; 3) Os estágios, obrigatórios, são registrados de modo vago, com pouquíssimas exceções. Não há propriamente projeto ou plano de estágio, nem sinalizações sobre o campo de prática ou a atividade de supervisão dos mesmos; 4) A escola, enquanto instituição social e de ensino, é elemento quase sempre ausente nas ementas, o que leva a pensar numa formação pouco integrada onde o profissional-professor vai atuar; 5) As práticas de ensino, exigidas pelas

diretrizes curriculares às vezes aparecem embutidas em diversas disciplinas, sem especificação clara, outras vezes aparecem em separado, mas com ementas muito vagas; 6) Na maior parte dos ementários analisados não foi observada uma articulação entre as disciplinas de formação específica (conteúdos da área disciplinar) e as de formação pedagógica (conteúdos da docência; 7) Saberes relacionados a tecnologia no ensino estão praticamente ausentes; 8) Aparecem nos currículos muitas horas dedicadas a atividades complementares, ou seminários, ou atividades curriculares etc., que ficam “soltas”! O que nos leva a pensar que as licenciaturas ocupam um lugar secundário no modelo de universidade brasileira – a formação de professores é considerada de menor relevância e quem a ela se dedica é pouco valorizado.

A situação da formação continuada no país, também segundo o trabalho da pesquisadora Bernadete Gatti, não é muito diferente; em geral, ela é feita para “tapar os buracos” deixados pela formação inicial. Algumas conclusões deste trabalho no campo da formação continuada foram: 1) a formação continuada é organizada com pouca sintonia com as necessidades e dificuldades dos professores e da escola; 2) os professores não participam das decisões sobre os processos de formação aos quais são submetidos; 3) os formadores não têm conhecimento dos contextos escolares e dos professores que estão a formar; 4) Os programas não prevêm acompanhamento e apoio sistemático da prática pedagógica dos professores, que sentem dificuldade de entender a relação entre o programa desenvolvido e suas ações no cotidiano escolar; 5) mesmo quando os efeitos sobre a prática dos professores são evidentes, estes encontram dificuldade em prosseguir com a nova proposta após o término do programa; 6) a descontinuidade das políticas e orientações do sistema dificulta a consolidação dos avanços alcançados; 7) falta melhor cumprimento da legislação que assegure ao professor direito a formação continuada.

Não se pode deixar de reconhecer o importante papel das universidades em várias áreas, mas na formação docente é preciso rever por completa, tanto em conteúdo quanto na estratégia. É inconteste, por exemplo, a importante contribuição que a universidade brasileira vem dando ao desenvolvimento científico e tecnológico de nosso país, tanto na formação de recursos humanos (a título de exemplo, na pós-graduação o Brasil forma hoje 12 mil doutores), como na produção de novos conhecimentos, que o coloca na 13ª posição do ranking mundial da produção científica. Para chegar a esse patamar, foi preciso um grande esforço da comunidade científica aliado a políticas públicas arrojadas e exitosas. A indução na direção do fortalecimento da pós-graduação e da pesquisa, em especial nos últimos 15 anos, foi notória. Mas essa estratégia fez com que a universidade se distanciasse da escola pública. E assim, os seus professores pouco ou nada conhecem da realidade dessa escola pública.

Na verdade, a educação básica deixou de ser prioridade para a universidade brasileira. O Ministério da Educação vem procurando reverter esse quadro. Um exemplo desse esforço é a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com foco na formação de professores. Nessa mesma linha, houve a implantação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Plataforma Freire vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), que agora possui uma nova diretoria só para cuidar da formação de professores.

No Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos, o Ministério da Educação inseriu quatro metas estritamente vinculadas à valorização e formação do professor no Brasil. Por exemplo, uma das metas é garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em

que atuam. Duas estratégias, previstas no PNE, interessantes para o alcance dessa meta são a de financiar os estudos de alunos de licenciatura em instituições particulares com boa avaliação no SINAES, e a outra de ampliar o programa de bolsas de iniciação à docência para os alunos de licenciatura. Recentemente, o Conselho Nacional de Educação normatizou o processo de formação de professores para uma segunda licenciatura, exatamente para resolver, ou pelo menos minimizar, a não articulação entre a primeira formação e a disciplina que atualmente leciona, quando distinta daquela inicial.

Outra meta importante no PNE para 2011 – 2020, vinculada à formação docente, é para formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), e garantir a todos formação continuada em sua área de atuação. Uma estratégia proposta pelo MEC para alcançar esta meta, e que entendemos como importante, é a de prever nos planos de carreira, tempo para qualificação pós-graduanda do professor (mestrado e doutorado).

Infelizmente, o distanciamento da universidade da educação básica produziu uma falta de vocação da universidade para formar professores para a sala de aula, bem retratado no estudo da pesquisadora Bernadete Gatti. Além disso, o tempo da maioria dos professores de nossas universidades está comprometido com as atividades de ensino e pesquisa, sem falar naquele dedicado à burocracia.

No que concerne à educação básica, sem um salário inicial atraente e um plano de carreira que valorize a profissão em função de seu desempenho e de seu esforço na formação continuada, o país não conseguirá atrair os jovens mais talentosos do ensino médio para a carreira do magistério. Nos países que estão no topo da educação mundial, como Coréia do Sul, Cingapura e Finlândia, os jovens mais talentosos do ensino médio são fortemente atraídos para a carreira do magistério; no Brasil, temos, em geral, a situação inversa, como

mostra a tabela 2. Por exemplo, um candidato para ingressar no curso de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Vestibular de 2009, precisou tirar, como nota mínima, 8,29, mas para o curso de Licenciatura em Matemática a nota mínima foi de apenas 3,29! Algo similar também ocorre nas Universidades Federais do Ceará (UFCE), do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Minas Gerais (UFMG).

Tabela 2. Nota mínima de ingresso nos cursos mais concorridos e nas licenciaturas em 2009.

Cursos	UFCE	UFRGS	UFMG	UFPE
Direito	490,9	662,8	113,6	7,76
Medicina	483,3	721,1	128,0	8,29
Ciências da Computação	478,2	591,7	102,4	6,35
Engenharia da Computação	-	598,3		6,05
Odontologia	470,0	605,6	89,6	5,58
Jornalismo	485,9	626,3	108,8	7,27
Arquitetura e Urbanismo	447,5	603,8	96,0	5,36
Pedagogia	448,1	463,5	65,6	4,74
Licenciatura em Biologia	-	-	-	3,50
Licenciatura em Física	390,0	466,4	75,2	4,46
Licenciatura em Química	379,2	516,0	80,0	3,55
Licenciatura em Matemática	417,2	456,5	64,0	3,29

Fonte: COVEST/UFPE

Enquanto esperamos a implantação da Lei do Piso Salarial para o Professor no Brasil (o que deve ocorrer em breve em função da decisão do STF), o que vai representar um instrumento importante para a questão da atratividade docente, a universidade poderia repensar seu papel formador. Felizmente, ainda existem alguns poucos professores nas universidades que continuam se dedicando, de fato, ao cotidiano da escola pública, mas que estão dispersos em vários departamentos e institutos que cuidam dos bacharelados (e também das licenciaturas). Esses heróis da resistência podem ser o início da retomada da universidade para recolocar a escola pública no plano de prioridade que ela merece.

O ponto de partida seria o de criar um instituto, em cada uma das universidades, com forte característica interdisciplinar, onde os docentes universitários estariam dedicados exclusivamente à formação de professores para a sala de aula. A esses se juntariam os melhores professores da educação básica, que dedicariam parte de sua carga horária de trabalho ao instituto, e funcionariam como uma espécie de professores colaboradores.

Esse novo instituto, dentro da universidade, teria assim “cheiro de escola”. Formularia um novo currículo com cara e jeito de escola; novos incentivos, por meio do CAPES, poderiam ser dados aos professores envolvidos, que teriam como maior compromisso resgatar a escola pública para dentro da universidade – produzindo experiências inovadoras e de baixo custo para serem disseminadas nas redes de ensino.

Se quisermos, de fato, dar o salto de qualidade na educação básica que o país precisa e merece, não podemos apenas ficar no reconhecimento de nossos acertos, é preciso também ter a humildade de reconhecer nossos limites e falhas, e fazer, assim, a eventual correção de rumo. E a formação de professores para enfrentar as salas de aula do ensino público é uma dessas necessárias correções.

Educação: para onde vamos?*

Isaac Roitman

Na maioria dos países, os sistemas educacionais estão sendo re-vistos. Espera-se que a educação prepare os jovens para o mundo do trabalho, para sua independência econômica, para que eles possam viver de forma construtiva em comunidades responsáveis e para que possam conviver e compreender a diversidade cultural de uma sociedade que se transforma de uma forma muito rápida. Espera-se que a educação ajude os jovens a construir suas vidas em um cenário de futuro que ninguém com certeza pode prever. No Brasil, há muitas décadas todos os governos proclamam que a educação é sua meta prioritária. Proclamação demagógica e enganosa. Segundo todos os índices e pesquisas nacionais ou internacionais, a qualidade da educação brasileira é cada vez mais vergonhosa, constituindo-se como a maior das tragédias nacionais. O papel do educador enquanto facilitador da liberdade de aprendizagem para transformar socialmente os indivíduos não passa de uma intenção não concretizada na educação brasileira. Ainda durante 2010 o Congresso Nacional definirá o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo as metas e prioridades para o período de 2011 a 2020. A discussão será baseada nas proposições que deverão emergir da Conferência Nacional de Educação (Conae), evento que terminou no início de abril. Certamente, nossos parlamentares terão um cardápio de ações relevantes para a melhoria da qualidade de educação em todos os níveis.

* Correio Braziliense, Brasília, 07 de agosto de 2010.

O PNE atual, assim como os anteriores, deverá pautar as ações necessárias em várias dimensões para mudar o cenário da educação do país: 1) Qualificação de professores com formação científica atualizada, adequada e comprovada; 2) Condições de trabalho que permitam a atualização permanente e acesso às metodologias modernas do ensino e aprendizagem; 3) Remuneração atrativa; 4) Substituição de conteúdos inúteis por exercícios de criatividade, crítica e de resolução de problemas; 5) Arquitetura escolar adequada; 6) Gestão eficiente; e 7) Avaliação interna e externa. Ou iniciamos agora uma verdadeira revolução na educação ou estaremos a lamentar nas próximas décadas ter perdido mais uma oportunidade de sermos protagonistas da transformação social que nosso povo merece. Sempre é bom lembrar e destacar que há algumas décadas vários países decidiram eliminar a tragédia da educação que os assolavam. Esses países não estavam em situação muito diferente da nossa. Vamos lembrar o exemplo da Coreia do Sul, que na década de 1950 estava destruída por uma guerra civil que dividiu a Coreia ao meio e a maior parte da população vivia na miséria. Um em cada três coreanos era analfabeto. Hoje, oito em cada 10 chegam à universidade. A transformação começou com uma lei, integralmente respeitada, que tornou o ensino básico prioridade. Inicialmente, os recursos foram concentrados nos primeiros oito anos de estudo. Os frutos dessa decisão não demoraram a serem colhidos. O país começou a crescer rápido, em média, 9% ao ano, durante mais de três décadas. Hoje, graças à sólida massa crítica de cientistas que forma todos os anos, a Coreia está pronta para entrar no Primeiro Mundo, tendo como cartão de visita uma incrível capacidade de inovação tecnológica. Poderíamos pensar que os coreanos perderam a inquietação dos anos 1950. Ledo engano. Em dezembro de 2009, um documento foi elaborado pelo Ministério da Educação e Ciência e Tecnologia daquele país: Políticas e planos para 2010. Uma das metas seria o

estímulo à criatividade na educação, sobretudo na educação básica. A meta envolvia a redução dos conteúdos e o incentivo ao domínio das linguagens, da matemática, dos estudos sociais e da ciência, da consciência da diversidade cultural, da habilidade para solução de problemas e da capacidade de trabalhar em grupos. Temos que decidir agora qual país legaremos aos nossos descendentes. Se nada fizermos, seremos no futuro uma sociedade com graves injustiças sociais, com índices assustadores de violência, com total desrespeito ao próximo e outras mazelas amplificadas que temos no presente. Certamente seremos um país colonizado e explorado. O futuro da educação está em nossas mãos. Cabe a todos nós decidir para onde vamos.

Arranjos de desenvolvimento da educação*

Mozart Neves Ramos

Apesar de estar alinhado a princípios constitucionais, não se pode dizer que o PDE seja uma política de Estado, e sim de governo, pela ausência de lei própria. Isso lhe remete, de certa forma, a uma fragilidade. Por outro lado, o PDE está estruturado em seis pilares de sustentação que lhe confere esse alinhamento com princípios constitucionais, ou seja: a) visão sistêmica, b) territorialidade, c) desenvolvimento, d) regime de colaboração, e) responsabilização, e f) mobilização social.

Dessa forma, o PDE busca estabelecer, de um lado, um enlace entre educação, território e desenvolvimento, de outro, o enlace entre qualidade, equidade e potencialidade. Em outras palavras, o PDE busca, no contexto de uma perspectiva sistêmica, dar consequência, em regime de colaboração, às normas gerais da Educação (LDB e PNE) na articulação com o desenvolvimento socioeconômico que se realiza no território, ordenado segundo a lógica de um *arranjo educativo* – local, regional ou nacional, conforme explicitado na publicação ministerial intitulada “O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programa”.

Nesse sentido, o Ministério da Educação reforça a importância desse enlace entre educação e ordenação territorial, ao reconhecer

* Parte desse texto foi publicado no jornal A Tarde (BA) como artigo de opinião em 23/03/2010.

que é no território que as clivagens culturais e sociais se estabelecem e se reproduzem. Clivagens essas reproduzidas entre bairros de um mesmo município, entre municípios, entre estados e entre regiões do País. Portanto, espera-se do PDE um instrumento capaz de enfrentar estruturalmente essas desigualdades em termos de oportunidades educacionais e mais uma vez, na publicação ministerial citada acima, a importância de tratar a questão educacional no conceito de arranjo educativo é enfatizado: *“reduzir desigualdades sociais e regionais, na educação, exige pensá-la no plano de País. O PDE pretende responder a esse desafio através de um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo”*.

Trabalhar em forma de arranjo implica em cooperação entre os entes envolvidos, o que estabelece assim um importante vínculo com outro pilar do PDE: o regime de colaboração. Portanto, a construção de arranjos educativos requer a inserção de valores capazes de permitir o compartilhamento de competências políticas, técnicas e financeiras visando à execução coletiva de programas de manutenção e desenvolvimento da educação, de forma a concertar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia.

O arranjo de desenvolvimento da educação (ADE) é um modelo de trabalho em rede, no qual um grupo de municípios com proximidade geográfica e características sociais e econômicas semelhantes busca trocar experiências e solucionar conjuntamente dificuldades na área da educação. Fica cada vez mais evidente que a cultura do “tamanho único”, de abordagens rígidas, não consegue resolver de forma efetiva problemas mais complexos e multifacetados, como a recuperação de comunidades vitimadas pela droga e o desempenho educacional insatisfatório. Tais situações exigem modelos mais flexíveis, criativos e ágeis. Por essa razão, a formação de redes cooperativas vem ganhando cada vez mais espaço na gestão das políticas públicas. Um sistema trabalhando em rede favorece

a inovação, como consequência da experimentação, e a interação cooperativa entre os diferentes tipos de organização. Outro aspecto importante desse modelo de gestão é a flexibilidade, aumentando assim a velocidade das respostas e ampliando a capacidade de ajuste às mudanças. Em função de sua estrutura hierárquica de tomada de decisão, as burocracias inflexíveis, por sua vez, tendem a reagir lentamente a novas situações. Naturalmente a tarefa de quebrar estruturas antigas não é simples, exige uma nova postura, requer tempo e perseverança.

Para assegurar o equilíbrio entre os entes federados do ponto de vista da colaboração mútua e autonomia, era preciso estabelecer diretrizes claras e que fossem traduzidas em termos de metas facilmente mensuráveis, permitindo assim que a sociedade pudesse acompanhá-las, o que promove, por outro lado, um maior processo de mobilização social. Assim, o PDE, na sua concepção original de 2007, estabeleceu um conjunto de 28 diretrizes que orientam as ações do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. Essa nova orientação estabelecida pelo PDE trouxe um novo ingrediente que fortalece o regime de colaboração: o Plano de Ações Articuladas (PAR), visando assegurar a sustentabilidade das ações previstas no PDE. O PAR possui uma interessante vantagem, em relação aos convênios tradicionais, uma vez que são elaborados a partir da utilização do instrumento de avaliação de campo com a participação de especialistas externos, gestores e educadores locais, conferindo-lhe assim uma maior participação e comprometimento para o alcance de metas educacionais. O PAR é elaborado a partir de quatro dimensões: a) gestão educacional, b) formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar, c) práticas pedagógicas e avaliação, e d) infra-estrutura física e recursos pedagógicos.

O PAR é, portanto, multidimensional e sua temporalidade o protege daquilo que tem sido o maior impeditivo do desenvolvi-

mento do regime de colaboração: a descontinuidade das ações, a destruição da memória do que foi adotado, o que se tornava um impeditivo para o alcance de metas de longo prazo para cada escola ou rede de ensino.

Essa nova concepção de pensar a educação permitiu a construção orgânica do modelo de arranjo de desenvolvimento da educação, ao considerar o PAR como o instrumento de referência na definição de estratégias de atuação comum entre escolas, entre municípios, entre estados e regiões para alavancar os indicadores locais de educação, trabalhando em regime de colaboração, mas sem ferir as respectivas autonomias, em consonância com os princípios federativos.

Ensino Básico

- Educação: a hora e a vez das crianças – *Isaac Roitman*
- Josenilson vai ao cinema – *Isaac Roitman*
- Um novo ensino médio para romper desigualdades – *Mozart Neves Ramos*
- Ainda é tempo de tirar o ensino médio da UTI – *Isaac Roitman*

Educação: a hora e a vez das crianças*

Isaac Roitman

Durante a campanha, o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, afirmou: “A primeira infância será prioridade absoluta do meu governo”. Eleito, tomou uma decisão pioneira no país, criando a Secretaria da Criança, nomeando como seu titular Dioclécio Campos Junior, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. O atual presidente dessa entidade, Eduardo da Silva Vaz, enviou carta ao governador apoiando a iniciativa dizendo: “2011 já chega trazendo uma ótima notícia para as crianças da capital, que certamente repercutirá em todo o país. Receba os entusiasmados parabéns dos pediatras do Brasil. Conte conosco e com os nossos projetos na jornada que ora se inicia”. Essa será uma oportunidade para que o Distrito Federal possa ser o paradigma do Programa Nacional de Educação Infantil (Pronei), que é destinado à expansão rápida e ao funcionamento de creches e pré-escolas. O programa pretende garantir desde a nutrição saudável como a prática de atividades educativas apropriadas. Essa será a base da democracia no país - a oportunidade de uma educação de qualidade para todas as crianças brasileiras. Os trabalhos conduzidos pelo professor James Heckman, Prêmio Nobel de Economia, e pelo professor Flávio Cunha, da Fundação Getulio Vargas, permitem afirmar que não há investimento mais seguro, nem de retorno econômico mais garantido para a so-

* Correio Braziliense, Brasília, 31 de janeiro de 2011.

cidade, do que aquele realizado em saúde e educação da primeira infância. Em dezembro de 2009 Heckman, participou do seminário internacional Educação na Primeira Infância, promovido pela Academia Brasileira de Ciências e pela Fundação Getúlio Vargas. Segundo Heckman, cada dólar investido na educação da primeira infância dará retorno de nove dólares para a sociedade. Sobre o sistema educacional brasileiro ele assim se manifestou: “Colocar mais crianças na escola, como tem feito o Brasil, é bom. Melhorar a qualidade do ensino é ainda melhor. Mas essas duas iniciativas, por mais bem executadas que sejam, não chegarão a fazer muita diferença se não for tomado um cuidado extra: investir também nas crianças de até 3 anos de idade, a chamada primeira infância. Um programa de primeira infância de qualidade para a população carente é uma condição necessária para avançarmos em direção a uma sociedade mais educada, igualitária e, sobretudo, menos violenta”. O professor Aloísio Araújo, da Fundação Getúlio Vargas, coordenador do seminário, defende a prioridade da educação para crianças de até 3 anos, baseado nos estudos de neurociência que mostram que o cérebro se forma muito cedo. Segundo ele, se a criança não recebe certos estímulos nessa fase em que se estabelecem as conexões neurais, ela dificilmente vai recuperar isso depois. Atividades apropriadas podem ser conduzidas no ambiente familiar, transformando os pais no primeiro e no professor favorito. Esses deverão receber orientação adequada independentemente da classe social. Na educação das crianças menores de 6 anos em creches e pré-escolas, as relações culturais, sociais e familiares devem ser valorizadas, garantindo os direitos das crianças ao bem-estar, à expressão, ao movimento, à segurança e à brincadeira. A orientação pedagógica para essas crianças deve ter origem nelas mesmas, conhecendo o que produzem e ouvindo-as. A nova Secretaria da Criança no Distrito Federal poderá desempenhar papel importante no estabelecimento de políticas públicas

para a educação da primeira infância. Os resultados positivos que, certamente, serão obtidos, após criteriosa avaliação poderão ser expandidos para todo o Brasil. As futuras gerações de brasileiros serão as beneficiadas dos acertos que temos a oportunidade de fazer agora pelas crianças do Distrito Federal. Boa sorte e longa vida para a recém-criada Secretaria da Criança.

Josenilson vai ao cinema*

Isaac Roitman

A notícia saiu no JC email de 14 de maio último, com o título: “Bolsas de Iniciação Científica Junior: um programa que transforma vidas”. Refere-se ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica Junior (PBICJ), carinhosamente chamado de *pibiquinho* patrocinado pelo CNPq e gerenciado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe (FAP/SE). No programa para alunos do 2º ano do ensino médio que conta com a participação de 51 estudantes, foi destacado o trabalho de Josenilson Silva Santos, da cidade de Capela. Josenilson desenvolve o projeto *A recepção do Programa Malhação entre os adolescentes de Capela*, orientado pelo professor Ronaldo Linhares.

A cidade de Capela é conhecida como palco da festa junina (Festa do Mastro), que teve início em 1939. Na madrugada do dia 28 de junho, a população é acordada com o ruído de tiros de baco-marte. A noite, o mastro é queimado, seguindo-se uma batalha de busca-pés. Os torcedores do futebol sergipano conhecem também a cidade como terra natal do goleiro José Rudson da Silva Santos (Rudson), goleiro do Clube Sportivo Sergipe. Agora a cidade entra nas estatísticas de formação de cientistas representada pelo aluno do ensino médio Josenilson e outros três colegas. Já na qualidade de bolsista Josenilson foi pela primeira vez ao cinema. Ele assim se

* Jornal da Ciência e-mail 2525, 17 de maio de 2004.

pronunciou: “Ir ao cinema foi muito bom. Esse projeto está dando oportunidade e amplo conhecimento aos jovens, proporcionando o desenvolvimento de pesquisas e projetos. Tudo o que estou aprendendo vai ser muito importante para meu futuro.”

Outro bolsista do programa da FAP/SE, João Alex Alves de Moura, da cidade de Nossa Senhora das Dores, desenvolve um projeto sobre aspectos sociais e econômicos e da cultura local, sob a orientação da professora Maria Helena Santos. Essa cidade é conhecida por ter sido o único local onde foi aberto um processo judicial contra Lampião, em Sergipe.

O famoso cangaceiro e seu bando visitou também a cidade de Capela no dia 24 de outubro de 1929 e foram ao Cine-Teatro Capela para assistir um filme mudo com orquestra ao vivo, antes de receberem certa quantia em dinheiro exigida ao prefeito da cidade. Tanto Josenilson como Lampião foram ao mesmo cinema, mesmo que os episódios narrados tenham acontecido em tempos diferentes. Se na época do cangaço existisse o PBCIJ, certamente o destino de Lampião seria diferente, com o direcionamento positivo de suas qualidades de liderança e de grande estrategista.

A FAP/SE dirigida pelo seu diretor-presidente, Marcos Wandir Nery Lobo, está de parabéns pela condução do projeto, cujo principal objetivo é a identificação e o desenvolvimento de talentos acadêmicos. A iniciativa de expandir o programa para diversas cidades do interior é magnífica. Não só os municípios de Capela e Nossa Senhora das Dores estão participando do PBCIJ em Sergipe. Além da capital, Aracaju, os seguintes municípios também participam: Maruim, Cristinápolis, Lagarto, Riachão do Dantas, São Cristovão, Boquim, Simão Matias, Japaratuba e Muribeca.

A oportunidade que Josenilson teve de ir ao cinema é uma pequena gota do mar de oportunidades que deverá estar a disposição dele e de outros talentos brasileiros

através desse programa que trabalha pelo futuro da nação. Vamos torcer para que no futuro, nas biografias dos cientistas do século XXI muitas dessas cidades, do interior de Sergipe e do Brasil, sejam mencionadas como terra natal de pesquisadores que possam colaborar de maneira eficiente e positiva com a Ciência e com o destino da humanidade.

Um novo ensino médio para romper as desigualdades*

Mozart Neves Ramos

A desigualdade e sua face educacional são fatos, infelizmente, tolerados no Brasil. No ensino médio, ela toma proporções acentuadas, como pode ser observado pela análise de resultados de avaliações de desempenho dos estudantes.

De acordo com o relatório “De Olho nas Metas”, do movimento Todos Pela Educação, apenas metade dos jovens de 19 anos têm o ensino médio concluído. Deles, somente 11% conseguiram aprender o conteúdo mínimo em matemática, e 29%, em português.

Por ser a etapa final da Educação básica, o ensino médio carrega as carências e as ineficiências das etapas anteriores. Falhas na alfabetização, no acesso à escola, no aprendizado durante o ensino fundamental e na conclusão das séries têm impactos preocupantes sobre as estatísticas. Sem enfrentar essas questões não é possível esperar que os brasileiros tenham acesso a Educação de qualidade.

A Tabela 1 mostra o tamanho do desafio do ensino médio brasileiro. O Brasil tem hoje cerca de 10 milhões de alunos matriculados no ensino médio regular e EJA. Elevadas taxas de reprovação, aban-

* Parte desse texto foi baseado nos artigos de opinião publicados nos jornais O ESTADO DE S. PAULO (SP) de 05/05/2011 e na FOLHA DE SÃO PAULO (SP) de 28/2/2011, além da inspiração no trabalho do Conselheiro José Fernandes de Lima do Conselho Nacional de Educação e Relator das Novas Diretrizes do Ensino Médio.

dono e de distorção idade-série. De acordo com o Censo Escolar a evolução das matrículas, nesta etapa da educação básica, foi fantástica, tanto ao longo da década de 1990 como nos cinco primeiros anos da década de 2000. De 2005 para cá vem se observando certa estagnação nas matrículas no ensino regular, ao contrário da modalidade de EJA que vem experimentando certo crescimento. Para se ter uma idéia, o número de matrículas no ensino médio regular, em 1991, era de 3,8 milhões, em 2004 esse número chegou a 9,2 milhões, e caiu, em 2009, para 8,3 milhões.

Tabela 1. A magnitude do desafio do ensino médio brasileiro.

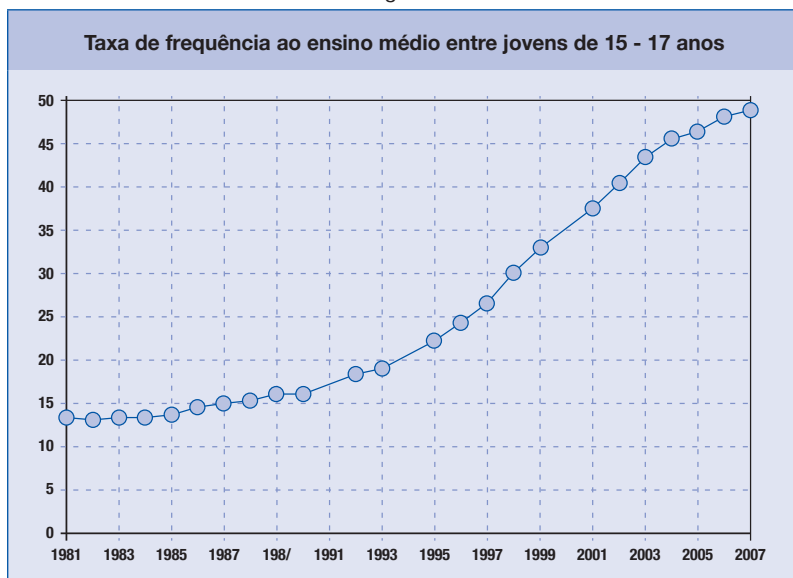
Número de escolas	25.923
Número de turmas	250 mil
Número de professores	413 mil
Número de estudantes matriculados no ensino “regular”	8,3 milhões
Número de estudantes matriculados na EJA	1,6 milhões
Taxa de reprovação (2009)	13,1%
Taxa de abandono (2009)	14,3%
Distorção idade-série na rede pública (2009)	38%

A evolução da taxa de frequência líquida no ensino médio entre jovens de 15 a 17 anos foi significativa de nos últimos 30 anos, de 1981 para 2007, como mostra a figura 1.

Esse quadro de matrículas no ensino médio, ao longo desses vinte anos, foi acompanhado por uma estagnação em termos de aprendizagem escolar; além disso, houve uma tendência de aumento de oferta de disciplinas para essa etapa da educação básica, como

no caso da língua espanhola, sociologia e filosofia, sem que houvesse uma reestruturação nos projetos pedagógicos das escolas. O ensino médio terminou virando um “inchaço” de disciplinas desconectadas.

Figura 1



Para reverter esse quadro de apatia, já que dos que abandonam o ensino médio, 40% dos alunos o fazem por desmotivação, o Ministério da Educação, articulado com o Conselho Nacional de Educação, iniciou o assim chamado Ensino Médio Inovador. Antes mesmo dessa iniciativa, vale destacar a experiência exitosa de ensino médio de tempo integral do estado de Pernambuco, iniciada em 2005, denominada de Pró-Centro, que hoje é uma referência em vários estados da região Nordeste.

O ensino médio inovador pretende, na prática, proporcionar ao estudante uma melhor articulação entre os diferentes saberes, alinhar a teoria à prática e promover atividades que estimulem o espírito empreendedor dos jovens. É uma tentativa de instigar os alu-

nos a desenvolver gosto pelos estudos e, ao mesmo tempo, de serem respeitados em sua diversidade cultural. Nesse cenário, a escola deve prepará-los para a vida e para que possam romper com as desigualdades sociais, por meio de oportunidades educacionais, culturais e profissionais.

O chamado ensino médio inovador demanda nova organização das disciplinas e dos conteúdos e requer que eles estejam articulados com o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Espera-se assim que a Educação possa cumprir o papel de ser uma política compensatória para as disparidades do Brasil.

Para dar corpo estrutural ao ensino médio inovador, e promover uma reforma nacional ampla no país, o Conselho Nacional de Educação aprovou as novas diretrizes do ensino médio. O ponto de partida foi o de respeitar o que diz a própria LDB em seu artigo 22: o Ensino Médio é definido como a etapa final da educação básica, i.e., a conclusão de um período de escolarização de caráter geral, e tem por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Nesse contexto, as novas diretrizes consideraram como eixos norteadores quatro elementos: 1) Trabalho, 2) Ciência, 3) Tecnologia e 4) Cultura. Os Projetos Políticos Pedagógicos de cada unidade escolar devem ser materializados no entrelaçamento entre esses quatro eixos, com indicativos tais como:

- Promover a *valorização da leitura* em todos os campos do saber, desenvolvendo a capacidade de letramento dos alunos;
- Promover a *aprendizagem criativa* como processo de sistematização dos conhecimentos elaborados, como caminho pedagógico de superação da mera memorização;
- Articular *teoria e prática*, vinculando o trabalho intelectual com as atividades experimentais;

- Utilizar *novas mídias e tecnologias educacionais*, como processo de dinamização dos ambientes de aprendizagem;
- Promover a integração com o mundo do trabalho por meio de *estágios* direcionados.
- Contemplar atividades integradoras de *iniciação científica* e no campo artístico-cultural.

Para que isso aconteça é preciso promover a interdisciplinaridade, a flexibilidade curricular e uma nova formação docente.

Nesse contexto, o currículo do ensino médio tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada. Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde, nos movimentos sociais, e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, da experiência docente, do cotidiano e dos estudantes.

Atendida a formação geral, incluindo a preparação básica para o trabalho, o ensino médio pode preparar para o exercício de profissões técnicas, por integração com a educação profissional e Tecnológica, observadas as Diretrizes específicas, com as cargas horárias mínimas de: a) 3.200 horas, no ensino médio regular integrado com a educação profissional técnica de nível médio; b) 2.400 horas, na Educação de Jovens e Adultos integrada com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, respeitado o mínimo de 1.200 horas de educação geral; c) 1.400 horas, na Educação de Jovens e Adultos integrada com a Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, respeitado o mínimo de 1.200 horas de educação geral.

Caberá agora ao MEC estabelecer as expectativas de aprendizagem para o ensino médio, e promover políticas fortes capazes de promover a mudança desejável. O próprio Enem, como sistema de avaliação do ensino médio, é, se bem planejado em termos de sua aplicação, um catalisador importante para essa mudança, pois o “novo” Enem foi concebido para isso.

As novas diretrizes do ensino médio levaram em conta que é preciso pensar nas diferentes juventudes, as que estudam no diurno e aquelas do noturno; as que sonham por uma escola de tempo integral; as que precisam trabalhar e de mais tempo para concluir o Ensino Médio.

Mas, antes de tudo, é preciso oferecer a estas juventudes um ensino motivador, capaz de promover a criatividade e a inovação, promovendo a autonomia, a flexibilidade e a interdisciplinaridade nas redes de ensino e nas escolas, a partir dos seus projetos pedagógicos.

Não se pode pensar em um único ensino médio. Nesse sentido, é preciso valorizar a leitura em todo o percurso da formação, relacionar a teoria com a prática - não se pode esperar que um jovem goste de química aprendendo reações químicas na lousa! -, promover a iniciação científica e a aprendizagem criativa. São desafios que passam por uma nova formação docente, uma nova cultura, pautada em expectativas de aprendizagem moldando os processos de avaliação e os próprios investimentos do Ministério da Educação. O desafio para os próximos dez anos para o ensino médio é fantástico, não só em termos de aprendizagem escolar e melhor eficiência do sistema, mas como também no que se refere a sua universalização até 2016, em consonância com a promulgação da Emenda Constitucional 59/2009. O caminho é longo para chegar a esses resultados, o problema é que o país tem pouco tempo pela frente, como mostramos aqui no texto “Por um Brasil Sustentável”, mas o CNE deu um passo importante para reduzir esse tempo.

Ainda é tempo de tirar o ensino médio da UTI*

Isaac Roitman

Na maioria dos países os sistemas educacionais estão passando por uma revisão. Espera-se que ele prepare os jovens para o trabalho, para a independência econômica, para que possam viver no ambiente familiar e comunitário respeitando a diversidade cultural de uma sociedade em constante transformação. No Brasil, os governos proclamam que a educação é prioritária. Proclamação demagógica e enganosa. Os índices e pesquisas revelam a baixa qualidade na área. Foquemos o ensino médio. Os jovens nessa fase vivem um dilema: conquistar vaga na universidade ou lugar no mercado de trabalho? O ensino médio é constituído por uma overdose de disciplinas e tem alta taxa de evasão, talvez por não ser atrativo. Mas o ponto central é a figura do professor. Um relatório recente do Conselho Nacional de Educação alerta para uma ameaça que paira sobre o ensino médio: a possibilidade de um “apagão” de professores, com um deficit de 245 mil profissionais, especialmente das disciplinas de química, física, matemática e biologia. Para complicar o quadro, dados do Censo Escolar mostram que dos 461.542 professores do ensino médio brasileiro apenas 228.625 (49,5%) ministram uma só disciplina. Talvez seja a hora de repensar o ensino médio não com um foco na informação mais sim na sistematização e utilização do conheci-

* Folha de São Paulo, São Paulo, 05 de outubro de 2010.

mento em um cenário de exercício permanente do pensamento. A articulação entre o ensino médio e a formação técnica certamente deve fazer parte da revisão. Nenhum sucesso será alcançado se não valorizarmos o professor, o que implica em uma formação inicial de qualidade, uma formação continuada, salário digno, valorização da carreira e condições de trabalho. Ainda há tempo, adotando as medidas corretas, de tirar o ensino médio da UTI.

Reflexões

- Educação na agenda política – *Mozart Neves Ramos*
- 2014? – *Isaac Roitman*
- Educação: melhoria lenta – *Mozart Neves Ramos*
- Inimigos invisíveis – *Isaac Roitman*
- Isabellas anônimas – *Isaac Roitman*
- Por um Brasil sustentável – *Mozart Neves Ramos*
- A burka da educação – *Isaac Roitman*
- Prefiro o sonho do futuro à história do passado – *Isaac Roitman*

Educação na agenda política*

Mozart Neves Ramos

Em recente pesquisa, encomendada pelo movimento Todos Pela Educação, o Ibope revelou aos governantes brasileiros a nítida necessidade de uma maior atenção à educação básica. Fica cada vez mais evidente que ter mais vagas nas escolas é necessário, assim como construir mais escolas, isto não será mais suficiente daqui para frente, pois a sociedade está cada vez mais atenta à questão da qualidade do ensino.

A Escolaridade da população aumentou nos últimos anos, como pode ser visto na tabela 1, e a nova geração de pais já sabe que o diploma apenas não basta é preciso que o direito à aprendizagem seja assegurado.

Tabela 1. Anos de escolaridade segundo dados da PNAD/2009.

Faixa Etária	2004	2009
4-5 anos	74,8%	86,9%
15 a 17 anos	85,2%	90,6%

Um fato que aponta nessa direção é o reconhecimento da importância das avaliações da educação básica, como a Prova Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do ensino médio (Enem). A pesquisa revelou que, para 70% dos elei-

* Parte desse conteúdo foi publicado no Correio Braziliense de 09/07/2010.

tores da última eleição, em nosso país, as provas ajudam a melhorar de alguma forma a educação em alguma medida, como pode ser visto na tabela 2. Por exemplo, é também interessante verificar que o número de entrevistados que não conheciam os exames, em 2006, era de 29%, e cai para 13% em 2010. Já existe uma consciência de que medir o aprendizado é um passo para a garantia de uma boa escola.

Tabela 2. Opinião sobre os exames que avaliam a educação básica.

Opinião do entrevistado	2006	2010
Está ajudando muito	31	29
Está ajudando pouco	27	41
Não está ajudando	7	11
Não conhece os exames	29	13
NS/NR	7	5

Na última década, os indicadores sociais de emprego e de pobreza também melhoraram bastante. Uma coisa puxa a outra: mais educação, menos pobreza e maiores as chances de empregabilidade. Essa última requer, por seu lado, mais escolaridade e com qualidade. Isso significa pessoas aptas para ocuparem posições em um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

O emprego, que em 2006 aparecia como a segunda área a merecer especial atenção do próximo presidente, caiu para a terceira colocação, atrás de saúde e segurança pública, conforme apontou o estudo. A educação básica saltou da sétima para a quarta posição entre as prioridades do eleitorado para o próximo governante e foi a segunda que mais cresceu em termos percentuais nos últimos quatro anos, saindo de 15% para 28%, um aumento de 13 pontos percen-

tuais em quatro anos, ficando atrás apenas da saúde, que apresentou aumento de 20 pontos percentuais, saindo de 43% para 63%, como pode ser visto na tabela 2.

Tabela 2. Áreas que devem merecer maior atenção do próximo Presidente. Cada entrevistado teve três opções de resposta. Mostramos as dez principais respostas.

Item-resposta	2006 (%)	2010 (%)	Varição no período (%)
Saúde	43	63	+20 p.p.
Segurança pública	31	39	+8 p.p.
Empregos	41	33	-8 p.p.
Educação Básica	15	28	+13 p.p.
Drogas	24	26	-2 p.p.
Fome/Miséria	31	18	-13 p.p.
Salários	10	16	+6 p.p.
Corrupção	27	14	-13 p.p.
Habitação	5	10	+5 p.p.
Impostos	7	6	-1 p.p.

Dentre os pontos fracos na educação básica, segundo a pesquisa Ibope, o salário dos professores aparece no topo, seguido por segurança nas Escolas (tabela 3). Já entre os pontos considerados fortes na Escola pública do país, destacam-se, por ordem de prioridade, a merenda, o número de vagas e a qualidade do material didático - os três com percentuais muito próximos. Nesse sentido, é gratificante notar que a população percebe que os materiais didáticos das escolas públicas de todo o país ganharam qualidade.

Tabela 3. Pontos fortes e fracos, em percentual dos 2002 entrevistados, na área de educação. Cada entrevistado poderia indicar três respostas para os itens apresentados.

Item-resposta	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Merenda	29	13
Número de escola/vagas	25	19
Material didático	25	10
Qualificação dos professores	21	24
Oferta de ensino técnico e profissionalizante	20	11
Existência de computadores	19	7
Transporte	18	18
Instalações das escolas/ Equipamentos	16	10
Qualidade do ensino	16	20
Número de professores	15	22
Participação dos pais na vida escolar dos filhos	13	10
Obrigatoriedade do ensino fundamental e médio	12	3
Motivação dos professores	11	18
Segurança das escolas	10	46
Salário dos professores	9	46
Universalização do ingresso em todos os níveis e modalidades de ensino	5	2
Progressão automática	2	5
NS/NR	7	3

A melhoria da Educação é percebida por 61% dos entrevistados, conforme mostra a Tabela 4. No entanto, 51% consideram lento o ritmo do avanço. Essa é a mesma percepção dos relatórios das cinco metas do Todos Pela Educação. Assim, o resultado aponta para a necessidade de um maior esforço e aceleração no processo da Educação de qualidade. É interessante observar que a percepção de melhoria é bem mais acentuada nas classes C, D e E, ou seja, 64% entendem que a qualidade do ensino básico público no Brasil está melhorando, enquanto entre os entrevistados das classes A e B essa melhora é de 52%.

Tabela 4. Opinião sobre a qualidade da educação básica pública no Brasil. O número de entrevistados é dado entre parênteses.

Resposta	Total (2002)	Classe A/B (461)	Classe C (1029)	Classe D/E (512)
Está melhorando em ritmo acelerado	10	8	10	13
Está melhorando em ritmo lento	51	44	54	51
Está igual	26	31	24	24
Está piorando	11	17	10	8
NS/NR	2	0	2	4

Os governos isoladamente, sem um projeto de nação, sem objetivos claros para a Educação do país e sem o envolvimento da sociedade civil, não conseguiram lograr o êxito esperado. A economia cresce em ritmo acelerado, mas não pode ir tão veloz porque falta infraestrutura (portos, estradas, aeroportos) e recursos humanos compatíveis com a exigência do mundo de trabalho. A necessidade desse projeto de nação insere-se no fato de que o governo, em todos os seus níveis de poder, foi apontado pelos eleitores como o principal responsável a contribuir para assegurar a qualidade do ensino

no país. O governo federal é tido como o maior agente capaz de assegurar uma educação de qualidade, seguido das prefeituras, do Ministério da Educação e dos governos estaduais, como pode ser visto na tabela 5.

Tabela 5. Órgão ou grupo que mais contribui para assegurar a qualidade da educação básica pública no Brasil. O eleitor teve três opções de resposta e aqui são mostradas as 10 principais.

Item-resposta	2006 (2002)	2010 (2002)
Governo Federal	27	55
Ministério da Educação	23	42
Governos Estaduais	29	39
Secretarias Municipais de Educação	16	33
Secretarias Estaduais de Educação	18	25
Pais de alunos	12	18
Diretores das escolas	13	18
Professores das escolas públicas	10	12
Alunos de escolas públicas	27	10
Deputados e Senadores	8	9

Por seu lado, as organizações sociais e os professores foram menos sociedade vai começar a exigir cada vez mais do poder público uma melhor qualidade na educação, entendendo-a, efetivamente, como direito garantido por lei. E houve um crescimento expressivo, de 2006 para 2010, a respeito dos papéis exercidos pelos nossos governantes com relação a essa questão, como mostra a tabela 5.

2014?*

Isaac Roitman

Recentemente, uma comitiva da Fifa fez peregrinação por várias capitais brasileiras para a escolha daquelas que deverão participar do campeonato mundial de futebol. Certamente, em 2014 esse evento será memorável, quando se terá a oportunidade de admirar as pedaladas do Robinho e as jogadas geniais dos vários robinhos talentosos que haverão de surgir.

No entanto, é pertinente fazer algumas perguntas: como será o país para as crianças que nascerão a partir daquele ano? Será que todas terão oportunidades de ter educação decente? Será que terão de conviver com a violência generalizada e sua veiculação na mídia em forma de espetáculo? Será que serão candidatas a morrer precocemente de uma infecção banal, enriquecendo as estatísticas de mortalidade infantil ou, quando adultas, na sala de espera de um hospital? Será que terão de testemunhar em seu cotidiano um cenário de corrupção e impunidade? Resumindo, será que terão melhores perspectivas do que as crianças que nasceram no Brasil antes de 2014?

Não custa nada sonhar. É só dormir, ou fazer como os poetas que elaboram sonhos mesmo estando acordados. Sonhar que todas as crianças brasileiras, independentemente da classe social de seus pais, tenham educação que lhes proporcione correta visão do mun-

* Correio Braziliense, Brasília, 14 de fevereiro de 2009

do, preparo para conviver de maneira civilizada com a natureza e que permita a cada uma delas desenvolver os seus potenciais para terem uma vida de plena felicidade.

Sonhar que todas elas terão assistência à saúde condizente com os avanços da ciência médica. Sonhar que terão a oportunidade de viver em um ambiente sem violências, onde a solidariedade e os valores éticos sejam considerados tesouros

Para que esses sonhos se transformem em realidade é preciso que vivamos no presente, construindo o futuro. Não há instrumento mais adequado para a construção do futuro do que a educação. É nela que devemos nos concentrar. Recentemente, o senador Cristovam Buarque, no plenário do Senado, comentava resultados de pesquisas que revelam cada vez mais que os jovens brasileiros perdem o interesse pela carreira de professor. Utilizando a linguagem médica, comparou a situação a uma séria hemorragia que traria como consequência grave anemia intelectual no país.

O diagnóstico feito com sabedoria precisa ter eco. É absolutamente urgente que mudemos essa estatística sombria. Nos países civilizados o professor faz parte de uma das carreiras mais nobres e para a qual são recrutados os estudantes de maior talento. Os professores das crianças que nascerão a partir de 2014 deverão ter como principal função a de ser um agente civilizatório. Ele terá de ter preparo para ser companheiro e indutor do entusiasmo dos estudantes. Deverá ter aperfeiçoamento permanente e deverá ter um dos melhores salários do serviço público, como acontece, por exemplo, na Finlândia. Para que tenhamos a educação dos nossos sonhos é preciso também que o ambiente escolar seja seguro e repensado, assim como o sistema pedagógico, que deverá ter como base permanente o exercício do pensar e a prática de usar o conhecimento para resolver novos problemas. A ética, a solidariedade, o respeito aos seres humanos e a natureza deverão ser elementos fundamentais na construção

dos valores do processo educativo. Oxalá, em futuro breve, a cidade de Brasília não seja a única no Brasil onde os motoristas respeitem a faixa de pedestres. Quem sabe possamos ir e vir, como assegura a nossa Constituição, em ambiente sem violência.

Quem sabe possamos nos orgulhar de ser um dos países que lideram os indicadores positivos de justiça social. Quem sabe, além da alegria de comemorarmos a conquista e sermos mais uma vez os campeões mundiais de futebol, possamos também nos orgulhar de viver em um país civilizado. É preciso que toda a sociedade coloque a educação como a grande prioridade. Vamos todos atender à convocação feita pelo saudoso educador Paulo Freire: “Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo de riscos, que recuse o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida”.

Educação: melhoria lenta*

Mozart Neves Ramos

O maior desafio na área da educação está na aprendizagem escolar. Isso fica mais evidente a cada novo relatório de monitoramento das Metas do Todos Pela Educação, o De olho nas metas. Os ganhos de aprendizagem observados nas séries iniciais do ensino fundamental, tanto em língua portuguesa quanto em matemática, não conseguem se sustentar ao longo do percurso da educação básica. A situação é ainda mais crítica em matemática, já que apenas 11% dos alunos que terminam o ensino médio aprenderam o que seria esperado nessa disciplina. Em língua portuguesa, a situação não é também cômoda, pois apenas 28,9% dos alunos aprenderam o que seria esperado ao final da educação básica. Nas tabelas 1 e 2 mostramos os dados de aprendizagem escolar, relativos à meta 3 do Todos Pela Educação, para língua portuguesa e matemática, respectivamente, para o Brasil e suas regiões.

Em língua portuguesa, podemos observar que no 5º ano do ensino fundamental que apenas a região Centro-Oeste alcançou a meta esperada para 2009, que era 38,8 e o resultado obtido foi de 40,2; o Brasil e demais regiões ficaram abaixo das metas previstas para 2009. No 9º ano do ensino fundamental e no 3º do ensino médio, o Brasil e regiões alcançaram as metas previstas para 2009.

* Parte desse texto foi publicado no Correio Braziliense como artigo de opinião em 2/12/2010.

Tabela 1. Percentual de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa e metas para o Brasil e suas regiões

Unidade da Federação	5º ano EF	Meta 2009	9º ano EF	Meta 2009	3º ano EM	Meta 2009
Brasil	34,2	36,6	26,3	24,7	28,9	26,3
Norte	25,4	26,6	20,3	17,0	22,1	16,2
Nordeste	23,8	25,8	19,3	16,4	22,1	19,1
Sudeste	45,7	47,3	32,4	29,3	32,8	29,6
Sul	41,5	42,5	31,4	28,2	38,6	32,2
Centro-Oeste	40,2	38,8	27,8	23,6	29,5	28,5

Tabela 2. Percentual de alunos com aprendizado adequado em matemática e metas para o Brasil e suas regiões

Unidade da Federação	5º ano EF	Meta 2009	9º ano EF	Meta 2009	3º ano EM	Meta 2009
Brasil	32,6	29,1	14,8	17,9	11,0	14,3
Norte	20,1	15,3	8,3	9,2	4,9	6,7
Nordeste	20,0	18,1	10,2	11,2	6,8	11,5
Sudeste	45,8	38,9	18,8	21,9	13,7	19,4
Sul	41,1	35,2	19,1	22,6	16,5	21,1
Centro-Oeste	36,2	30,6	15,6	16,0	10,4	18,5

Em matemática, podemos observar que no 5º ano do ensino Fundamental que o Brasil e suas regiões alcançaram as metas previstas para 2009; por exemplo, a meta de aprendizagem prevista para o Brasil era de 29,1%, e o resultado obtido foi de 32,6%; por outro lado,

o 9º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio a situação foi inversa: o Brasil e suas regiões não alcançaram as metas previstas para 2009. Por exemplo, no 9º ano o resultado obtido para o Brasil foi 14,8%, enquanto a meta esperada era de 17,9%. Um ponto bastante preocupante refere-se às metas previstas para 2009 no ensino médio. Apesar de serem metas muito modestas, o Brasil e suas regiões não foram capazes de cumpri-las. Por exemplo, a meta para a região Norte era de 6,7% dos alunos com aprendizado adequado em matemática, mas o resultado alcançado foi apenas de 4,9%!

Uma das conseqüências do baixo nível de aprendizagem em matemática é o alto índice de reprovação e de evasão escolar nos cursos superiores na Área de Exatas (como química e física) e das Engenharias. Apesar de conseguir ingressar nesses cursos, uma parcela não desprezível dos alunos não consegue terminá-los. O impacto se reflete, por exemplo, no baixo número de engenheiros que o país forma ao ano — cerca de 30 mil. A China, a Índia e a Coreia do Sul formam, respectivamente, 400 mil, 300 mil e 80 mil. Outro ponto decorrente da aprendizagem precária é a escassez de bons professores de matemática, física e química na própria educação básica.

O relatório de 2010 do Todos Pela Educação aponta também a ausência de um indicador que possa aferir o nível de alfabetização dos alunos até os 8 anos de idade. Fechar a torneira do analfabetismo deveria ser considerada medida estratégica para alavancar os níveis seguintes de aprendizagem. Até o momento, o país conta apenas com a Provinha Brasil, exame necessário como autoavaliação do professor alfabetizador, mas insuficiente para o enfrentamento dessa questão.

Quanto ao acesso à escola e conclusão do ensino, o último resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que o Brasil vem melhorando no quesito frequência escolar. A tabela 3 mostra o percentual de alunos matriculados por faixa etária entre 4 e 17 anos.

Tabela 3. Taxa de atendimento escolar de 4 a 17 anos observada em 2009 e a meta prevista para o Brasil e suas regiões.

Unidade da Federação	Resultado alcançado em 2009	Meta prevista para 2009
Brasil	91,9	92,7
Norte	89,7	90,7
Nordeste	92,3	92,6
Sudeste	93,5	93,8
Sul	89,5	91,8
Centro-Oeste	90,1	92,0

Tanto o Brasil como suas regiões não alcançaram as metas previstas para 2009. Por exemplo, a taxa de atendimento escolar em nosso país alcançou, em 2009, o resultado de 91,9%, mas a meta esperada era de 92,7%. A meta é universalizar o acesso até 2016 para esta faixa etária, em consonância com a promulgação da Emenda Constitucional 59/2009.

O De olho nas metas 2010 revela, por outro lado, que é preciso avançar nesse ponto, pois apenas o Maranhão superou a meta de acesso à escola proposta pelo movimento para as unidades da Federação. Dez não conseguiram cumprir as metas. Os demais ficaram dentro do intervalo de confiança para seus objetivos.

No que se refere à conclusão escolar em idade adequada, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, o Brasil vem conseguindo dar, dentro do intervalo de confiança (uma vez que os dados da Pnad são amostrais há um erro associada à medida), uma resposta relativamente positiva desde 2005. Segundo o Todos Pela Educação, espera-se que até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos deverão ter completado o ensino fundamental, e

90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o ensino médio. A tabela 4 mostra o percentual de alunos que concluiu o ensino fundamental e médio aos 16 anos e 19 anos, respectivamente, com base nos dados da Pnad/2009.

Na tabela 4, por exemplo, olhando sem considerar o intervalo de confiança, os resultados estão abaixo do esperado para 2009, mas considerando o erro amostral, apenas a região Centro-Oeste não cumpriu a meta esperada de conclusão escolar para o ensino fundamental em 2009. Já no ensino médio, a situação é bastante positiva. O Brasil e suas regiões cumpriram a meta de conclusão escolar para 2009.

Tabela 4. Taxas de conclusão no ensino fundamental e médio dos jovens de 16 anos e 19 anos, respectivamente, em 2009.

Unidade da Federação	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	resultado	meta 2009	resultado	meta 2009
Brasil	63,4	64,5	50,9	46,5
Região Norte	49,8	50,7	36,6	32,4
Região Nordeste	49,1	48,4	37,1	30,5
Região Sudeste	73,3	75,9	59,7	57,6
Região Sul	72,6	73,9	60,5	56,9
Região Centro-Oeste	70,6	74,2	49,5	45,8

A Meta 5 do Todos Pela Educação trata da gestão da educação. Em campanha, a presidente eleita Dilma Rousseff prometeu elevar o investimento em educação dos 5% do Produto Interno Bruto (PIB) — 4,3% na educação básica e 0,7% no ensino superior, investidos em 2009 — para 7% até 2014. Isso não deixa de ser alentador, já que o Brasil investe proporcionalmente menos em

educação básica do que Argentina, Chile e México. Por outro lado, é preocupante que esse eventual incremento possa ocorrer sem que se tenha ainda um indicador nacional de eficiência da gestão educacional.

Não se pode aqui deixar de reconhecer os inúmeros avanços ocorridos na educação brasileira, mas os números deste terceiro relatório do Todos Pela Educação revelam que o país deve acordar de vez para a causa da educação de qualidade. Precisamos acelerar o ritmo. A educação precisa ser a bola da vez para que o Brasil atinja desenvolvimento sustentável. Porém, mais do que isso, é o caminho para que cada brasileiro possa exercer seu pleno direito à cidadania.

Inimigos invisíveis*

Isaac Roitman

Antes da descoberta do microscópio por Leeuwenhoek (1650) e os trabalhos de Pasteur (1871) e Koch (1881), a transmissão de doenças era explicada por meio da teoria dos miasmas, segundo a qual as doenças estavam associadas com a putrefação e maus odores, que se propagavam pelo ar. A partir do trabalho desses cientistas se comprovou que vários microrganismos – bactérias, fungos, protozoários e vírus – causam doenças infecciosas que são transmitidas por diferentes formas. Os vírus, que são os microrganismos de menor tamanho (20 a 400 nanômetros), só podem ser observados no microscópio eletrônico. A partícula viral é muito simples, constituída de ácidos nucléicos e proteínas, causam doenças, tais como gripe, resfriado, caxumba, raiva, hepatite, dengue, poliomielite, febre amarela e Aids. Recentemente, as manchetes da mídia têm sido ocupadas pelo surto da gripe suína, que, do México, está se alastrando para vários países. O receio da expansão da doença e os registros de outras endemias, principalmente a gripe espanhola que, em 1918, causou a morte de aproximadamente 30 milhões de pessoas, justificam o alerta e a introdução de medidas para o controle da doença. A gravidade da gripe suína, que é uma doença viral, provavelmente se deve a mudanças genéticas ocorridas a partir de um vírus pré-existente. Esse é um processo que ocorre de forma permanente na natureza em todos

* Correio Braziliense, Brasília, 16 de maio de 2009

os seres vivos. É ainda muito cedo para se fazer simulações e previsões corretas. Dados como a taxa de mortalidade e a modulação da transmissão poderão contribuir para a elaboração de previsões confiáveis. Embora tenhamos hoje conhecimentos científicos e tecnológicos para o diagnóstico, tratamento e controle de doenças virais, muito mais avançados e efetivos que no início do século 20, a grande facilidade de mobilidade das pessoas poderá facilitar a disseminação da doença. No entanto, é importante lembrar que, ao contrário da crença popular, é somente um pequeno número de microrganismos (bactérias, fungos, protozoários e vírus) que causa doenças em seres humanos ou em outros seres vivos.

A maioria desses organismos são úteis para o ser humano ou como co-habitantes do nosso corpo, onde desempenham importante papel fisiológico, e na fabricação de vários produtos, entre os quais os antibióticos, os laticínios, o pão e o álcool. Também são importantes na agricultura, mediante bactérias fixadoras de nitrogênio.

No entanto é oportuno, antes de concluir esse artigo, refletir sobre outro inimigo invisível, que é aquele que está em nós mesmos. Ele causa deformação no nosso comportamento. Ele se caracteriza pela deformação de nossa personalidade modulando as nossas ações no dia a dia. Ele é o responsável por nossa ambição desmedida, pelo consumismo desenfreado, pelo egoísmo, pela falta de solidariedade e de outras mazelas que envergonham a raça humana. Esse inimigo se consolida da observação, que se inicia nos primeiros anos de vida, de um mundo pobre em princípios morais e civilidade, mergulhado em um cenário de violências, de falta de confiança, de caos social e rico em desesperança. A deformação da personalidade transforma-se em uma força a modular a ação coletiva, que provoca cenário planetário de injustiça social, onde centenas de milhões de pessoas têm que sobreviver abaixo da linha de miséria (menos de US\$ 2 por dia), e que certamente serão mais suscetíveis à gripe

suína e a outras doenças. Essa deformação é responsável pelas guerras, crimes de diferentes tipologias, pela corrupção e pelo comportamento de maus gestores, maus políticos, pela especulação enganosa, enfim pelas ações de todas as pessoas que exerçam papel na sociedade e que possuem pouca ou nenhuma formação moral e ética. Esse inimigo pode ser combatido e talvez eliminado em algumas gerações, se tivermos, gradativamente, mudança de cenário apresentando as futuras gerações, que terão o privilégio de construir uma personalidade que redundará em um mundo justo e solidário, onde cada ser humano possa exercer com plenitude e felicidade essa experiência fantástica que chamamos vida.

A gripe suína será combatida com os conhecimentos científicos e tecnológicos e, em futuro breve, passará para a história. No entanto, se não acabarmos com o inimigo que envenena a formação de nossa personalidade é possível que não tenhamos futuro e todos seremos somente parte de uma triste história.

Isabellas anônimas*

Isaac Roitman

O assassinato de Isabella comoveu a sociedade brasileira. Independente das causas e da autoria do crime o episódio causa indignação e induz também um sentimento de cumplicidade. Cabe nesse momento uma profunda reflexão sobre o papel de cada um no sentido de introduzir ações que possam evitar ou reduzir drasticamente ocorrências semelhantes. Os avanços nas tecnologias de comunicação permitem, quase em tempo real, testemunhar uma realidade perversa que revela a triste crise ética e moral da humanidade. Vítimas inocentes, entre elas crianças, são mortas diariamente no Oriente Médio, na África e em outras regiões, inclusive nos países desenvolvidos.

No Brasil além de assassinatos e das mortes por balas perdidas, as crianças são vítimas de violências de diferentes tipologias e muitas perdem a vida precocemente devido a doenças infecciosas – diarreias, dengue, etc. – agravadas pela desnutrição e condições de vida inadequadas. As crianças sobreviventes, principalmente as pobres, são candidatas à prostituição infantil ou a serem torturadas ou assassinadas em instituições cuja missão seria a de recuperação. O ser humano, ao contrário da maioria dos outros animais, necessita de um longo período de proteção e aprendizado. Essa missão primordialmente é da família.

* Correio Braziliense, Brasília, 21 de junho de 2004

Como esperar que isso ocorra de maneira adequada se a família, pais e mães, não estão preparados apropriadamente para isso. O problema é agravado no caso de famílias desestruturadas. Como mudar esse quadro? Não existe solução imediata. O processo será longo e deverá ser iniciado através da educação e o objetivo principal será a de povoarmos nosso planeta com homens e mulheres civilizados que serão os pais e mães do futuro.

É pertinente repetir o pronunciamento recente do jornalista Alexandre Garcia reproduzido no plenário do Senado pelo senador Cristovam Buarque: “somente pela educação é que poderemos acabar com o mal que mata nossas crianças”. Uma crise não deve ser considerada somente como estado caótico e turbulento.

Ela também é construtiva já que permite a criação de novos caminhos para a superação da crise. A visão do mundo é construída a partir da infância, na família, e tem seu ponto de inflexão na escola. O principal pilar de uma escola é o professor que em vez de ser um simples transmissor do conhecimento deverá ser principalmente um agente transformador que permita ao estudante ter uma melhor compreensão do mundo. O professor do futuro deverá ser preparado para ser um companheiro e indutor de entusiasmo dos estudantes. Ele deverá ser valorizado pela sociedade como ocorre na Finlândia, onde o professor de ensino básico é o funcionário público com a maior remuneração do País. O ambiente escolar deverá ser repensado. As salas de aula deverão ser reduzidas ou extintas. No lugar delas deverão ser disponibilizados amplos espaços equipados com todas as facilidades para que o estudante tenha acesso ao conhecimento proporcionando um ambiente agradável para o prazer lúdico do aprender. O sistema pedagógico terá de ter como base o permanente exercício do pensar e o de utilização do conhecimento para resolver novos problemas. A ética, a solidariedade, o respeito aos seres huma-

nos e a natureza deverão ser elementos fundamentais na construção de valores e do processo educativo. O pensador e escritor Frei Betto em artigo recente: “O elo perdido” faz reflexões sobre o elo perdido entre o macaco e o homem. E conclui: “Nós somos o elo que andava perdido. No entanto, ele sempre esteve na nossa frente. Basta-nos mirar no espelho. O verdadeiro humano virá no futuro.”

Não haverá perspectiva de um melhor futuro a não ser pelo caminho da educação correta. Através dela poderemos deixar para o passado a questão do elo perdido. Cada um de nós tem um papel importante como agente transformador. Teremos todos uma satisfação sublime de termos contribuídos para o povoamento do planeta pelo verdadeiro *Homo sapiens sapiens*.

Por um Brasil sustentável*

Mozart Neves Ramos

O Capítulo 36 da Agenda 21 enfatiza a importância da educação como fator de promoção não só para o desenvolvimento sustentável, como também para melhorar a capacidade das pessoas entenderem os problemas que permeiam as questões ambientais e desenvolvimentistas. Por isso, não foi à toa que as nações de todo o mundo, por meio da Assembléia Geral das Nações Unidas, adotaram por unanimidade a resolução que proclama a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no período 2005 a 2014. Os valores fundamentais envolvidos no processo educacional para o desenvolvimento sustentável devem incluir, entre outras coisas, o respeito pela dignidade e pelos direitos humanos de todos os povos em todo o mundo e compromisso com justiça social e econômica para todos; respeito pela diversidade cultural e o compromisso de criar local e globalmente uma cultura de tolerância, de não-violência e de paz. A busca pelo desenvolvimento sustentável é, portanto, multifacetada – não depende unicamente da educação, mas ela representa o pilar central das estratégias de transformação e de promoção de valores quanto à conduta ética e na busca do compromisso coletivo. A educação para o desenvolvimento sustentável é, por conseguinte, um processo em que se aprende a tomar decisões levando em consideração o futuro em longo prazo de igualdade, economia e ecologia para todas as comunidades.

* Parte desse texto foi publicado no Correio Braziliense como artigo de opinião em 24/10/2010.

Considerando todos estes aspectos, a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável pressupõe pontos centrais contidos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no programa Educação para Todos e na Década da Alfabetização das Nações Unidas. Prover educação básica para todos e igualdade de gênero na educação, representam duas áreas em que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio coincidem com àqueles indicados no programa Educação para Todos. Isto pressupõe, portanto, que o programa deva ser acessível para homens e mulheres de todas as idades, oferecendo aprendizagem e conhecimentos práticos e úteis para a vida, e buscando de maneira permanente um aumento de sua qualidade. Por outro lado, não se pode esquecer que a alfabetização é o fio condutor das seis metas da Educação para Todos. Isto implica que o processo de alfabetização deva ser, por sua vez, inserido no eixo central da realização de todas as formas e estágios da educação. Esta importância central à alfabetização deve-se naturalmente ao seu enorme impacto na saúde da mãe e da criança (longevidade), e nos níveis de renda. Por esta razão, a educação, traduzida pela redução do analfabetismo e pela maior presença de crianças e jovens estudando na faixa etária de 7 a 22 anos, responde largamente pelo índice de desenvolvimento humano, pelo seu valor agregado à longevidade e renda.

Especialistas de diferentes áreas são unânimes em afirmar que o maior desafio para um Brasil com desenvolvimento sustentável é o da educação de qualidade para todos os brasileiros. A pujança do atual momento econômico fez do Brasil um dos primeiros países, no rol das grandes economias, a sair da recente crise global; seu PIB em 2010 foi superior a 7%. A educação brasileira, se não vive o mesmo céu de brigadeiro da economia, vem melhorando, de forma sistemática, ao longo dos últimos 15 anos. Mas tem sido uma melhora lenta.

Por exemplo, a taxa de analfabetismo no Brasil entre pessoas com 15 anos ou mais caiu 0,3 pontos percentuais entre 2008 e 2009, de acordo com os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2009. O índice saiu de 10% para 9,7% em 2009. Segundo o órgão, o número representa ainda 14,1 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais de idade; em 2008, eram 14,2 milhões.

A queda é maior que a redução registrada entre 2007 e 2008, que foi de apenas 0,1 pontos. O ritmo de redução entre 2008 e 2009 ainda é mais lento, no entanto, que as comparações 2004-2005, 2005-2006 e 2006-2007. Nestes anos, a queda nunca foi menor que 0,4 pontos percentuais. Desde 2004, a taxa caiu 1,8 pontos percentuais.

Segundo o IBGE, a maioria dos analfabetos (92,6%) está concentrada no grupo acima de 25 anos de idade. No Nordeste, a taxa de analfabetismo entre a população com 50 anos ou mais chega a 40,1%, enquanto que, no Sul, esse número é de 12,2%. Os nordestinos têm as maiores taxas dentre todas as faixas de idade. De acordo com a Pnad/IBGE, ainda há mais homens analfabetos que mulheres, apesar de o índice também ter caído. Em 2008, 10,2% deles e 9,8% delas não sabiam nem ler, nem escrever; em 2009, há 9,8% de homens e 9,6% de mulheres.

Até 2015, o Brasil deve atingir 6,7% de analfabetismo na população com mais de 15 anos para cumprir a meta estabelecida com a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) em 2000, durante a Cúpula Mundial de Educação, em Dacar. Mas nesse ritmo de queda, o país terá ainda, em 2015, um percentual de analfabetos de 15 anos ou mais de idade superior a 7%.

Aqui está um forte fator que preserva as desigualdades sociais, pois a chance de um filho de pai analfabeto também ser analfabeto é de 32%. A probabilidade de não saber ler e nem escrever cai para 0,2% se o pai tiver ensino superior. É preciso lembrar também

que, se a criança não estiver alfabetizada pelo menos até os 8 anos de idade, sofrerá impacto importante na aprendizagem futura. Por exemplo, segundo dados do Todos Pela Educação, apenas 34,2% das crianças que concluem a 4ª série do ensino fundamental aprenderam o que seria esperado ao fim dessa etapa da educação básica. Nesse sentido é muito importante a meta 5 do Plano Nacional de Educação, para os próximos dez anos, de garantir a alfabetização de todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade. Isso fechará, se cumprida, a torneira do analfabetismo em nosso país.

A importância da educação para o desenvolvimento sustentável, como esboçado brevemente, deve-se ao seu impacto nas demais áreas sociais; uma boa educação básica promove, por exemplo, desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação. No caso brasileiro, mesmo sem ainda ter uma educação básica de qualidade para todos, o país, graças as políticas indutoras acertadas, ao longo dos últimos 20 anos, deu saltos relevantes em C&T e inovação, especialmente no campo da formação de recursos humanos qualificados e na produção científica. Na América Latina, o Brasil ocupa posição de liderança na ciência e tecnologia, formando, por ano, 12 mil doutores e com produção de cerca de 30 mil artigos em revistas indexadas — o que o coloca em 13º lugar no ranking da produção científica mundial. Por outro lado, o Brasil forma apenas 30 mil engenheiros por ano, ao passo que a China, a Índia e a Coreia do Sul formam, respectivamente, 400 mil, 300 mil e 80 mil. Uma das razões para isso encontra-se, principalmente, no baixo nível de aprendizagem em matemática, dos alunos que concluem o ensino médio, como visto ao longo deste livro. É sempre relevante ressaltar que investimentos crescentes em conhecimento são a chave do desempenho econômico e de ganhos no campo social, e estão associados à emergência de uma sociedade interconectada, onde criação e aplicação do conhecimento tornam-se mais colaborativos.

Do ponto de vista da renda per capita, o Brasil tem ainda alto coeficiente de Gini, que revela alta concentração de renda, apesar do recente avanço da classe C, que é hoje a maioria da população brasileira. O enfrentamento da descentralização da renda passa, necessariamente, pela educação. Um ano a mais de escolaridade (e isso com o atual nível de qualidade) aumenta em 15% a renda de um brasileiro; se ele tem curso de graduação completo, o impacto é de 47%, conforme estudos do pesquisador Marcelo Néri, da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostraram que a mortalidade infantil foi reduzida em mais de 60% nos últimos anos, de 50,04 mortes por mil nascimentos em 1990 para 19,88 em 2010. Não se pode negar que avançamos, mas que ainda temos um percentual expressivo a ser enfrentado. E, novamente, a educação ocupa lugar de destaque nesse enfrentamento. De acordo com dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), crianças com mães de baixa escolaridade têm três vezes mais possibilidade de morrer antes de completar 5 anos do que crianças com mães que têm alta escolaridade.

O que chama a atenção, e ao mesmo tempo a preocupação, é o fato de o país está passando por aquilo que poderíamos chamar de janela demográfica, como poderemos ver a seguir. E, portanto, não se pode dar o luxo de deixar para depois o enfrentamento da questão educacional, da alfabetização plena a uma educação básica de qualidade, em termos dos níveis de aprendizagem de nossas crianças e jovens ao final de cada etapa desta educação básica.

Em recente artigo de opinião, publicado no jornal O Globo, de 06/05/2011, a jornalista Miriam Leitão destacou os seguintes pontos, como resultado do Censo 2010: Entre 2000 e 2010, diminuiu em números absolutos o total de brasileiros com até 19 anos; abaixo de 14 anos, há cinco milhões a menos. Os dados confirmaram que os

brasileiros estão vivendo mais, e tem nascido cada vez menos crianças. Dobrou em números absolutos o total de pessoas com mais de 60 anos, em 20 anos. Segundo a jornalista, o tempo está ficando cada vez mais curto, está passando o nosso melhor momento. A tarefa mais urgente é a Educação. Nesse mesmo artigo, a jornalista cita a preocupação da pesquisadora Ana Amélia Camarano, do Ipea, de que no futuro próximo haverá uma queda de oferta da força de trabalho.

A jornalista Miriam Leitão levanta o alerta de que um país que terá menos jovens tem que educar a todos e não discriminar. O Brasil não pode se dar o luxo de desperdiçar jovens. Precisa de todos. A onda está passando.

De fato, estudos anteriores do IBGE, de 2008, já haviam demonstrando que se, de um lado, o país caminha velozmente rumo a um perfil demográfico cada vez mais envelhecido, de outro, nos anos próximos, a população alcançará bônus demográfico favorável ao crescimento. Segundo o Presidente do CNE, Antonio Carlos Caruso Ronca, em 2000, para cada pessoa com 65 anos ou mais de idade, aproximadamente 12 estavam na faixa etária chamada de potencialmente ativa (15 a 64 anos). Já em 2050, para cada brasileiro com 65 anos ou mais de idade, pouco menos de 3 estarão na faixa etária potencialmente ativa. Ronca** chama a atenção de que, nesse momento, o Brasil passa pela chamada janela demográfica, onde o número de pessoas com idades potencialmente ativas está em pleno processo de ascensão e a razão de dependência total da população vem declinando em consequência da diminuição do peso das crianças de 0 a 14 anos em relação a população de 15 a 64 anos de idade.

**Ronca, A.C.C., em Uma agenda para o Brasil: O Plano Nacional de Educação e a questão da Formação Inicial e Continuada de Professores, em Da Conae ao PNE 2011-2020, por Ronca, A.C.C. e Ramos, M.N. (orgs), Fundação Santillana e Editora Moderna, 2010.

Ainda para o desenvolvimento sustentável, Almeida Filho, Speller e Nader***, em O Potencial das Políticas Educacional e Tributária para o Desenvolvimento com Equidade, tomando como referência estudos do Observatório da Equidade, criado em 2005, como instrumento da Agenda Nacional de desenvolvimento para acompanhar o enfrentamento do problema da desigualdade no país, mostraram que: pessoas que ganham até 2 salários mínimos, possuem, na média, até 5 anos de estudos, e pagam, por sua vez, 48,8% da sua renda em tributos; por outro lado, pessoas que ganham acima de 30 salários mínimos, possuem, na média, acima de 10 anos de estudo, e pagam apenas (comparado ao caso acima) 26,3% da sua renda em tributos. Segundo os autores, os efeitos da injustiça tributária atingem os mais pobres e menos escolarizados em decorrência do elevado peso dos tributos sobre bens e serviços e da má distribuição da tributação para esse grupo da população. Assim, continuam os autores, no nível básico de ensino, os pobres, por seu reduzido poder econômico, têm sido alienados do direito à educação de qualidade, ao contrário das camadas sociais médias e altas.

É dentro de todo esse amplo contexto que precisamos priorizar a educação como estratégia central de um desenvolvimento nacional sustentável.

*** Almeida Filho N.M., Speller P. e Nader R.M.***, em O Potencial das Políticas Educacional e Tributária para o Desenvolvimento com Equidade, em Da Conae ao PNE 2011-2020, por Ronca, A.C.C. e Ramos, M.N. (orgs), Fundação Santillana e Editora Moderna, 2010..

A burka da educação*

Isaac Roitman

A burka, também conhecida como burca ou burqua, é um traje usado pelas mulheres muçulmanas com o propósito de disfarçar o corpo inteiro. Nos últimos dias, a mídia destacou o tratamento recebido por uma estudante por usar minissaia em um ambiente escolar. O destaque da notícia inspira reflexões sobre o estado atual da educação no Brasil.

A educação em nosso país parece se vestir com uma burka, com o propósito principal de esconder as suas imperfeições. A educação brasileira vem obtendo avanços quantitativos expressivos nos últimos anos, como a quase universalização do acesso ao ensino fundamental, o crescimento na oferta de vagas no ensino médio, inclusive o profissionalizante, e a criação de mecanismos de estímulo ao acesso ao ensino superior. Não obstante, o reconhecido valor dessas conquistas, a educação brasileira continua a conviver com a falta de vagas em creches e pré-escolas e uma oferta insuficiente no ensino médio. Ao lado disso, um problema antigo permanece: o da qualidade. E em várias frentes: qualidade do ensino e da aprendizagem, da gestão escolar, da formação de professores, das políticas educacionais e a da retribuição salarial decente e competitiva ao corpo docente. A situação da educação reflete a educação de nossas

* Correio Braziliense, Brasília, 12 de novembro de 2009.

elites e os conflitos mal resolvidos de nossa sociedade. A denúncia da dívida social brasileira no campo da educação é farta de demonstração: 1) De cada 100 alunos que ingressam no ensino fundamental, somente 53 concluem os oito anos de estudos e 37 chegam ao final do ensino médio; 2) Os recentes resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mostraram que, apesar da melhora de 2005 para 2007, os alunos ainda estavam num patamar inferior ao verificado em 1995 nas provas de português e matemática; 3) Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) mostram que os alunos brasileiros obtiveram em 2006 médias que os colocam na 48ª posição em leitura (entre 56 países), na 52ª em ciências e na 53ª em matemática (entre 57 países); 4) Um em cada cinco jovens entre 18 e 29 anos e que vivem na zona urbana abandonou a escola antes de completar o ensino fundamental, segundo trabalho feito pela Secretaria Geral da Presidência da República com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006 (Pnad 2006), do IBGE.

Em que pese a necessidade de contextualização mais rigorosa para dar conta desses dados reais e dramáticos, esse conjunto de fatos manifesta resultados que são produtos de um processo que, ao final, prejudicam o desempenho intelectual do brasileiro, comprometem a cidadania e o futuro do país. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), cuja história demonstra ter estado sempre ao lado da democratização da educação brasileira, mais uma vez se posiciona perante esse quadro intolerável para a cidadania e para o progresso da ciência. No momento em que se torna incontornável o enfrentamento dessa situação, a SBPC está lançando o movimento SBPC - Pacto pela educação, que tem os seguintes objetivos principais: 1. propor ações que visam resolver, no âmbito do sistema educacional brasileiro, tanto os problemas emergenciais, que exigem medidas especiais e de aplicação em curto prazo, quanto os

problemas estruturais, cuja solução implica a existência de planejamento amplo e detalhado para médio e longo prazo; 2. que as ações propostas sejam utilizadas como subsídios para a definição e implantação de uma política de Estado dirigida à Educação, de modo, portanto, que essa política seja adotada pelo atual governo federal e que tenha continuidade pelos próximos governos; 3. que a educação brasileira, em todos os níveis, alcance padrão de excelência no prazo de 16 anos. Com isso, a educação passará a ser um facilitador e não um entrave para um projeto de desenvolvimento do país; 4. reforçar a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional e que, por ela, se dê consequência aos responsáveis por oferta irregular e/ou desqualificada capazes de garantir o direito a uma educação de qualidade para todos. Para integrar o movimento e torná-lo robusto à altura de sua empreitada, a SBPC buscará a participação de vários setores da sociedade brasileira, com vistas a uma grande mobilização nacional em defesa da educação. Além de entidades do mundo acadêmico-educacional, como a Academia Brasileira de Ciências, sociedades científicas, universidades e outras instituições de ensino, serão feitas também articulações com outros segmentos da sociedade, tais como órgãos governamentais, entidades de representação estudantil, entidades de representação profissional, entidades de representação empresarial, associações e organizações sociais, e entidades nacionais e internacionais ligadas à educação. Oxalá, no futuro, a educação possa se libertar da burka e vestir uma minissaia que revele as virtudes de sua qualidade.

Prefiro o sonho do futuro à história do passado*

Isaac Roitman

Os sonhos se dissipam rapidamente nos momentos de vigília. Ficam os fatos essenciais e perdem-se os detalhes. No entanto, vou ousar relatar um sonho, embora sabendo que omitirei pontos importantes. Sonhei ter lido jornal datado na segunda ou terceira década do século 21 que dizia mais ou menos isto:

“Ao contrário do que acontecia no Brasil no início do século 21, onde as desigualdades profundamente enraizadas persistiam na educação, condenando milhões de crianças a ter suas oportunidades diminuídas e condenando a maioria delas à pobreza, tudo mudou. Esse foi o destaque do relatório recente da Unesco, revelando uma transformação radical na educação brasileira. Todas as crianças brasileiras têm atualmente a oportunidade de cursar um ensino básico público de qualidade, reconhecido entre os melhores do mundo, segundo avaliações internacionais. O ensino profissional e superior, devido às reformas feitas em torno do ano de 2010, mudaram completamente as perspectivas sociais e econômicas do país. A formação de doutores garantiu um salto no desenvolvimento científico e tecnológico. Além da contribuição ao saber, nossos cientistas transformaram o país em líder na inovação, o que é revelado pelo alto número de patentes originadas

* Correio Brazileense, Brasília, 08 de julho de 2009

do país. Os nossos doutores atualmente tem uma formação técnica de alta qualidade e uma consciência profunda de responsabilidade social. O ideário de que a ciência poderia ser agente de transformação social tornou-se uma realidade. A sociedade brasileira compreendeu que o conhecimento científico é o capital mais importante do mundo civilizado. A expectativa é que em 30 anos não haverá mais desigualdade social no Brasil. Especialistas atribuem essa verdadeira revolução na educação a uma série de ações implementadas. A primeira, com o apoio da maior parte da sociedade, foi a transformação da política de educação em política de Estado, o que garantiu a continuidade de projetos de longo prazo. Após a universalização e obrigatoriedade do ensino básico, fundamental e médio, de qualidade, para toda a população, medidas introduzidas na primeira década do século 21 provocaram um salto na qualidade da educação. Nesse novo contexto, a educação procura preparar o estudante para atender as necessidades e oportunidades que ocorrem a cada momento. A educação científica, em conjunto com a educação social e ambiental, permite que o estudante explore e entenda o que existe ao seu redor nas diferentes dimensões: humana, social e cultural. A educação básica se tornou em um cenário para a definição de conceitos e conhecimentos. O estímulo à curiosidade, o prazer pela leitura, o ambiente lúdico e o exercício de atividades que estimulam a concentração e o raciocínio, feitas a partir dos primeiros anos de vida, mostraram serem fundamentais para uma postura dos estudantes aberta a novos conhecimentos e ao prazer no aprender. A formação de grande número de professores para o ensino básico foi importante momento nessa transformação. As instituições de ensino superior públicas tiveram papel fundamental na formação do novo professor, que abandonou a postura do antigo professor, de simples agente depositário de conhecimento por meio de suas exposições em sala de aula. Esse novo professor é um parceiro do estudante, estimulando em todos os momentos a sua formação

intelectual e modulando um comportamento civilizado, baseado em princípios morais e éticos. Gradativamente, o professor foi cada vez mais reconhecido pela sociedade. Esse reconhecimento foi manifestado por uma melhoria gradativa em seu salário, hoje um dos melhores do serviço público. O conteúdo nos diferentes segmentos da educação passou a ser redefinido de forma continuada, acompanhando as novas oportunidades e a rápida expansão dos conhecimentos científicos. O giz e o quadro negro amplamente utilizados no século 20 foram substituídos por instrumentos e metodologias educativas contemporâneas. A educação a distância incorporou-se definitivamente ao conjunto de instrumentos pedagógicos, facilitando o processo de democratização da educação. Ao contrário do que ocorria no passado, agora o estudante acorda cedo e vai acordar o pai ou a mãe dizendo: ‘Vamos acordar, que eu quero chegar logo na escola’.

Esse foi o sonho. Só me resta repetir as palavras de Thomas Jefferson: ‘Eu prefiro os sonhos do futuro à história do passado’.”

Planejando o futuro

- Conferências e consequências – *Isaac Roitman*
- Pacto pela educação – *Isaac Roitman e Marco Antonio Raupp*
- O Novo PNE e a Formação Docente – *Mozart Neves Ramos*
- O Plano Nacional de Educação e a educação infantil – *Isaac Roitman*
- O terceiro manifesto da educação nova – *Isaac Roitman*
- Algumas contribuições do Todos Pela Educação ao PNE 2011-2020 – *Mozart Neves Ramos*

Conferências e consequências*

Isaac Roitman

Ainda no primeiro semestre de 2010, serão realizadas em Brasília duas importantes conferências nacionais, a Conferência Nacional de Educação (Conae, em março) e a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCITI, em maio), esta com grande interface com a área de educação. As conferências nacionais são precedidas de conferências estaduais e municipais com ampla participação de diferentes segmentos da sociedade. Muitas conferências nacionais, em várias áreas e subáreas, têm sido realizadas com bastante frequência nas últimas décadas. Vamos nos ater à Conae, quando, segundo o MEC, cerca de 400.000 pessoas estiveram presentes em debates na preparação do evento. Deverão participar da conferência 2.500 delegados eleitos em municípios e estados e 500 observadores convidados. Durante quatro dias, eles vão discutir a criação de um sistema nacional de educação e propor diretrizes e estratégias para a construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que será votado no Congresso em 2010. Esse plano estabelecerá princípios, diretrizes, prioridades, metas e estratégias para a educação no país entre 2011 e 2020. Diante dessa informação um jovem desavisado diria: “Beleza, agora a educação vai melhorar”. Será que vai? É preciso ser cauteloso e projetar o futuro, levando em conta as experiências do passado.

* Correio Braziliense, Brasília, 23 de março de 2010.

A primeira Conae foi realizada em 1941, quatro anos depois da promulgação por Getúlio Vargas da Lei nº 378, de 13/01/1937, que preconizava a introdução de conferências nacionais na área da educação e da saúde. Nesse evento, o principal objetivo foi fazer um levantamento da educação no país. Por sua vez, o Plano Nacional de Educação surge pela Lei nº 10.171/2001, que seria utilizado como base para a elaboração de planos decenais na área da educação. A iniciativa foi fruto de processo histórico iniciado há mais de 77 anos quando 25 destacados educadores e intelectuais lançaram o Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). Nele, recomendaram a necessidade da elaboração de um plano amplo e unitário para promover a reconstrução da educação no país. No PNE (2001-2010), a maior parte das metas propostas teve resultados muito abaixo do esperado. É importante destacar o alerta do educador Carlos Roberto Jamil Cury sobre o fracasso dos outros planos nacionais de educação elaborados no Brasil desde a década de 30. “Todos fracassaram, e as causas disso devem estar na nossa lembrança.” De nada adiantará se as propostas do novo plano não vierem acompanhadas de uma política de Estado para a educação. Nesse contexto, a educação deverá ser prioridade nas próximas décadas com o aumento substancial da percentagem do PIB para a educação. A revolução não pode ser adiada. Se não for feita, os efeitos serão desastrosos para as futuras gerações. Recentemente, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência lançou o movimento: “SBPC - Pacto pela Educação”. Com a parceria de entidades da sociedade civil: Academia Brasileira de Ciências, Movimento Todos pela Educação, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, União Nacional de Estudantes, União Brasileira de Estudantes Secundaristas, Associação Nacional de Pós-Graduandos, Confederação Nacional de Trabalhadores da

Educação, Confederação Nacional das Indústrias, o movimento terá como principal objetivo formular propostas, pressionar e fiscalizar os sucessivos governos na execução das metas para a conquista de uma educação de qualidade em todos os níveis para os brasileiros. Os recentes avanços, como a obrigatoriedade de ensino de 4 a 17 anos, o aumento de recursos para a educação, o fim da DRU (Desvinculação das Receitas da União) para a educação, o piso salarial para professores do ensino básico e a implantação de ações vinculadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), devem ser considerados como início de uma batalha que durará décadas. Há ainda muito a fazer. Cada um de nós tem papel de protagonista na realização dos sonhos dos pioneiros da educação. Certamente teremos o reconhecimento de nossos descendentes se formos capazes de interromper o ciclo nefasto de conferências sem consequências.

Pacto pela educação*

Isaac Roitman e Marco Antonio Raupp

A educação de qualidade no Brasil continua a ser um problema não resolvido. Intelectuais brasileiros produziram, no século passado, duas versões do “Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova”. A primeira versão, de 1932, foi assinada por 21 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Cecília Meireles, Roquete Pinto e Júlio de Mesquita Filho. Uma nova versão foi lançada em 1959, dessa vez com o endosso de 161 acadêmicos. Os dois documentos parecem ter sido escritos recentemente, o que revela que não avançamos na resolução dos nossos problemas educacionais.

O documento de 1932, no seu início, diz: “Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação (...) todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentado e desarticulado”.

Passados 77 anos, as afirmações do manifesto ainda guardam muita semelhança com a situação atual da educação brasileira, especialmente nos níveis fundamental e médio. Nas décadas mais recentes, é verdade, houve um empenho bem-sucedido para a universalização da educação básica. Agora, precisa haver esforços para que a educação tenha qualidade. Oferecemos escola; precisamos oferecer

* Folha de São Paulo, 11 de novembro de 2009

também educação. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) congrega cerca de 90 sociedades científicas e caracteriza sua trajetória em ações que visam promover o desenvolvimento científico e tecnológico e melhorias no sistema educacional, além de sempre estar presente nos episódios mais importantes da vida brasileira. Em agosto de 2008, criou o Grupo de Trabalho de Educação, que lançará nesta sexta (13/11) o movimento “SBPC: Pacto pela Educação”. A iniciativa tem como principal característica a aliança e a parceria de diversos setores da sociedade com o objetivo de alcançar a qualidade na educação em todos os níveis e para todos. Além de entidades acadêmicas, esse pacto pela educação envolverá os setores empresarial, estudantil, sindical, Legislativo, Executivo e associações e organizações sociais voltadas para a melhoria da educação.

Em razão das dimensões dos problemas, sabemos que levará décadas para que ocorra uma transformação radical da educação no Brasil. Assim, serão propostas ações de curto, médio e longo prazo, que serão entregues aos sucessivos governantes nos próximos 20 anos. Será elaborado um conjunto de indicadores para acompanhar e avaliar a implantação das ações propostas.

Esse acompanhamento será executado por todas as entidades que participarem dessa verdadeira e necessária : formação do professor contemporâneo, valorização da carreira docente, gestão escolar moderna e eficiente, conteúdo adequado como forma do exercício do pensar, utilização de métodos pedagógicos permanentemente atualizados, bibliotecas e outros instrumentos para a busca da informação, avaliação e principalmente as bases para tornar a educação um agente civilizatório.

Em suma, temos que alterar drasticamente o quadro atual do ensino básico brasileiro, que se apresenta como uma perversão social, um indicador claro da desigualdade que vigora na nossa sociedade. Elevar nossa educação a patamares aceitáveis de qualidade não é só

um requisito para a modernização do país e a melhoria das condições de vida das pessoas. É um requisito também para a inclusão, é uma responsabilidade social, é uma demanda de reparação social em uma sociedade desigual. O ensino de qualidade, especialmente no nível fundamental, que é o nível que mais afeta a cidadania, deve ser visto como um compromisso de todo o país, em todas as suas instâncias e segmentos. Para uma sociedade democrática, que tem como pressuposto o oferecimento de oportunidades iguais para todos, trata-se de um compromisso fundamental. Esse é, no entendimento da SBPC, o grande desafio que temos pela frente – e imediatamente. É preciso haver uma grande mobilização da sociedade, de modo a fazer com que as estruturas governamentais e políticas promovam o esforço necessário. Talvez esse seja mesmo o maior desafio que já se colocou para o país em toda a sua história. Dotar a educação básica da qualidade necessária significa promover o salto de qualidade de que o Brasil precisa. O movimento “SBPC: Pacto pela Educação” tem esse compromisso.

O Novo PNE e a Formação Docente*

Mozart Neves Ramos

O Ministério da Educação (MEC) encaminhou, no final do ano passado, ao Congresso Nacional o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que contém as metas e estratégias que servem como diretrizes para melhoria da educação brasileira nos próximos dez anos (2011-2020). Trata-se de um conjunto de 20 metas com importante foco na Educação Básica e com estratégias bem definidas para se alcançar cada uma delas. E como o grande desafio é prover uma Educação pública de qualidade para todos os brasileiros, fica claro neste novo PNE a preocupação com a valorização do magistério.

O País precisa urgentemente resgatar o valor do professor na sociedade, tornando a carreira do magistério objeto de desejo para os jovens, assim como é nos países que estão no topo da Educação mundial, como Finlândia, Coreia do Sul e Cingapura. Na Finlândia, por exemplo, ao contrário do que acontece no Brasil, é extremamente alta a demanda pelo programa de formação de professores em sala de aula oferecidos nas universidades: há tantos candidatos que apenas 10% podem ser admitidos.

Neste sentido, o novo PNE traz três metas importantes para enfrentar o desafio da formação docente. Uma delas, a meta 15, trata da necessidade de garantir a todos os professores da educação básica a formação específica de nível superior em curso de licenciatura na

* Parte desse texto foi publicado no CORREIO BRAZILIENSE (DF) • OPINIÃO • de 17/02/2011.

área de conhecimento em que atuam. O último Censo do Professor, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o Inep, mostrou que, dos professores que ensinam a disciplina de física, 61% não possuem a formação adequada; em química, esse percentual é de 44%. Quando secretário de Educação do Estado de Pernambuco, muitas vezes me deparei com situações em que alguém formado em geografia, por exemplo, lecionava química. Quando perguntava, como conseguia, a resposta era imediata: “Aqui a gente tem que se virar como pode”. Depois vi que essa situação não era apenas local, mas disseminada por todo o País.

Para que a formação do professor seja de boa qualidade, tanto a inicial como a continuada – que hoje serve muito mais para “tampar os buracos” deixados pela inicial –, é preciso que a educação básica entre na agenda de prioridade das universidades brasileiras. Os currículos oferecidos na formação inicial nas licenciaturas são distantes da realidade da escola pública. Recente trabalho realizado pela professora Bernadete Gatti mostrou o descompasso entre a formação oferecida pelas universidades e a sala de aula. A prática de ensino é algo que apenas tangencia os currículos dos cursos de formação de docentes.

Mas é óbvio que, para atrair os jovens mais talentosos e preparados do ensino médio, é preciso assegurar um salário inicial atraente. A meta 17 do novo PNE procura enfrentar esse desafio, pois expressa a necessidade de se aproximar o rendimento médio do profissional do magistério, com mais de 11 anos de escolaridade, ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Além do salário, para que haja a retenção de talentos, também é preciso oferecer uma carreira pautada no mérito e no desempenho do professor, a exemplo dos países que estão hoje no topo. E isso o novo PNE também traz na sua meta 18, pois entende a necessidade,

no prazo de dois anos, de implantar planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas ensino.

Naturalmente, tudo isto custa dinheiro. Nesse sentido, a meta 20 do PNE coloca a necessidade de se ampliar progressivamente o investimento público em Educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto do País. Nas contas iniciais do Ministério da Educação seriam necessários cerca de 61 bilhões de reais a mais do que atualmente vem sendo aplicado na educação brasileira para que o PNE saia do papel. Destes, 27 bilhões de reais devem ser aplicados à formação docente.

Há alguns pontos que precisam ser melhorados e ampliados, mas é um Plano que conta com as necessárias metas e estratégias para a valorização da carreira do magistério. Portanto, agora, precisa receber prioridade do Congresso Nacional na sua apreciação e votação, para que entre o mais rápido possível em vigor.

O Plano Nacional de Educação e a educação infantil*

Isaac Roitman

No apagar das luzes de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Fernando Haddad encaminharam ao Congresso Nacional o projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2011-2020. Em 22 de março último, a Câmara dos Deputados criou a Comissão Especial (Cesp) para analisar o PNE com a finalidade de acelerar a tramitação na Casa. A previsão inicial era a de que o PNE fosse apreciado pelas comissões de Finanças e Tributação, Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ser enviado ao Senado. Agora, a comissão especial será a única instância de análise e poderá aprovar o texto original ou criar um texto substitutivo, incorporando alterações que julgar pertinentes. Após aprovado pela Cesp, o projeto deve seguir para a análise dos senadores. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, afetivos, intelectual e social. Deve ser um processo que estimule a criatividade e o pensar por meio de uma metodologia em que a criança desenvolva respeito mútuo, cultive os valores do bem, da verdade, da justiça, da cidadania, da solidariedade, da igualdade e do respeito pela natureza. A

* Correio Braziliense, Brasília, 30 de abril de 2011.

primeira meta do PNE se refere à educação infantil: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população até 3 anos”. Entre as estratégias para o sucesso dessa meta, destacam-se: 1) Fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação infantil; 2) Estimular a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e cursos de formação de professores para a educação infantil, de modo a garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população de 4 e 5 anos; e 3) Fomentar o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil. Particularmente na primeira infância (até 3 anos), é importante a participação ativa dos pais no desenvolvimento dos filhos, como primeiros e educadores preferidos. As políticas públicas devem estabelecer ações integradas nas áreas da saúde e da educação, proporcionando atendimento às famílias durante o período de gestação e especialmente a partir do nascimento. Essas políticas devem procurar evitar, prevenir ou minimizar o efeito dos fatores de risco, entre os quais a condição social e econômica dos pais. Famílias em condições críticas, especialmente em relação a violência, pobreza extrema, ambientes tóxicos, e monoparentais que requerem atendimento diferenciado. O novo governo do Distrito Federal, ao criar uma Secretaria da Criança, poderá estimular ação integradora com outras secretarias, especialmente a da Educação e a da Saúde, criando um novo modelo de educação infantil que, se bem avaliado, pode se tornar nacional. Esse novo modelo certamente revolucionará a Educação, permitindo que nossos jovens possam ter uma formação no ensino básico e superior em um patamar de

qualidade que permita as conquistas e anseios individuais e o desenvolvimento social e econômico que o país merece.

Oxalá nossos parlamentares estejam iluminados e encantados no aperfeiçoamento do PNE que definirá os rumos da educação na década que se inicia.

O terceiro manifesto da educação nova *

Isaac Roitman

Em 1932 foi lançado o primeiro Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova assinado por 27 intelectuais. Apesar das excelentes propostas contidas no documento, a educação não atingiu a qualidade esperada. Em 1959, novo manifesto foi construído e assinado por 161 intelectuais. Passados 51 anos do lançamento desse segundo manifesto, surgem por toda a parte críticas severas a vários setores da educação, as quais, avolumando-se, tomam as proporções de clamor geral. Durante os últimos meses, um conjunto de entidades elaborou o documento intitulado Carta-Compromisso: Pela Garantia do Direito à Educação de Qualidade. Ele aponta as seguintes prioridades: 1) Inclusão, até o ano de 2016, de todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos na escola, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 59/2009; 2) universalização do atendimento da demanda por creche pública, nos próximos 10 anos; 3) superação do analfabetismo, especialmente entre os brasileiros com mais de 15 anos de idade; 4) promoção da aprendizagem ao longo da vida, como direito assegurado pela Constituição Federal para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos; 5) garantia de que, até o ano de 2014, todas e cada uma das crianças brasileiras até os oito anos de idade estejam plenamente alfabetizadas; 6) estabelecimento de padrões mínimos de qualidade para todas as escolas brasileiras, reduzindo os

* Correio Braziliense, Brasília, 22 de outubro de 2010.

atuais níveis de desigualdade; 7) ampliação das matrículas no ensino profissionalizante e superior capaz de garantir as necessidades de desenvolvimento socioeconômico e soberania técnico-científica do Brasil. O primeiro e mais decisivo passo é institucionalizar o Sistema Nacional de Educação, que deverá ser estruturado em 3 pilares: 1) a elaboração do Plano Nacional de Educação com a construção articulada de planos estaduais e municipais de educação; 2) o estabelecimento de regime de colaboração entre os entes federados; e 3) A implementação de Lei de Responsabilidade Educacional. O documento foi lançado em 30 de agosto de 2010 no Conselho Nacional de Educação, e será encaminhado aos candidatos eleitos para governos de estado e Presidência da República. Essa iniciativa coletiva tem a participação de 27 entidades, listada aqui em ordem alfabética:

Academia Brasileira de Ciências (ABC); Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped);

Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Campanha); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec); Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTe);

Confederação Nacional dos Trabalhadores de Estabelecimento de Ensino (Contee); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Conselho Nacional de Educação (CNE); Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed); Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE); Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Todos Pela Educação (Todos);

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); União Nacional dos Estudantes (UNE). Esse coletivo deverá acompanhar e avaliar a implantação das ações necessárias para assegurarmos uma educação de qualidade. Ao contrário dos outros dois manifestos (1932 e 1959), o atual não é assinado por pessoas e sim por entidades que, no mínimo, representam 50 milhões de brasileiros. Oxalá não haja a necessidade de um quarto manifesto.

Algumas contribuições do Todos Pela Educação ao PNE 2011-2020*

Mozart Neves Ramos

A partir das contribuições oriundas das conferências municipais, intermunicipais e estaduais, realizadas ao longo de 2009, o Brasil iniciou o processo de construção da Conferência Nacional de Educação (CONAE), de onde se extraiu contribuições valiosas para o próximo Plano Nacional de Educação (2011 – 2020). Esta será uma década estratégica para que a educação brasileira consiga alcançar a tão desejada qualidade para todos os brasileiros. Nesse mesmo período, a Câmara dos Deputados, através da Comissão de Educação e Cultura, também organizou um conjunto de cinco conferências regionais, procurando dar a sua contribuição a esse processo, assim como fez o Conselho Nacional de Educação (CNE), mediante a elaboração do documento “Indicações para Subsidiar a Construção do Plano Nacional de Educação 2011 – 2020”.

Como representante dos Movimentos em Defesa da Educação na CONAE, juntamente com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Todos Pela Educação (TPE) participou desse processo de construção de idéias e princípios para este novo PNE. O TPE, enquanto movimento da sociedade civil organizada, entende que a

* Texto apresentado pelo Todos pela Educação para a CONAE/2010 – Documento Final.

educação de qualidade para todas as crianças e jovens desse país é um direito inalienável e determinante para que o Brasil seja, de fato, um país verdadeiramente independente e sustentável. Nesse sentido estabeleceu um conjunto de cinco metas a serem alcançadas até 2022, ano em que o Brasil completará 200 anos de independência. Para acompanhar a evolução dessas metas educacionais ao longo desse período, metas intermediárias anuais foram estabelecidas para o Brasil, regiões, estados e municípios, de forma que as políticas públicas para a Educação possam ser assim avaliadas regularmente. Seguindo esse princípio, o Todos Pela Educação já lançou três relatórios de monitoramento de metas. As cinco Metas do movimento são focadas nos eixos de atendimento escolar, alfabetização das crianças, aprendizagem escolar, conclusão das etapas da Educação Básica, e volume e gestão dos investimentos públicos em educação. Mais precisamente as cinco metas a serem alcançadas até 2022 são: Meta 1- Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; Meta 2- Toda criança alfabetizada pelo menos até os 8 anos de idade; Meta 3- Todo aluno aprendendo o que é apropriado a sua série; Meta 4- Todos alunos concluindo o Ensino Médio; Meta 5- Ampliar os investimentos em educação básica e assegurar que eles seja bem geridos.

Mobilizar um país de tamanho continental, como o Brasil, por uma educação de qualidade, não é uma tarefa simples. Requer tempo e persistência, mas, principalmente, comprometimento dos governos nas suas três esferas. Se bem sucedido, o processo leva, em média, o tempo de uma geração – 20 anos, ao menos foi isso que foi verificado em países que deram saltos de qualidade na sua educação. Uma permanente mobilização social é fundamental, para que os governos coloquem essa causa na agenda de prioridades. Dessa forma, o estabelecimento de metas claras com um tempo fixo a serem alcançadas, ocupa um espaço estratégico nesse processo de mobilização. Enquanto bases capilares maiores para a educação brasileira, o Todos Pela

Educação defendeu os textos produzidos pelo CNE, já aqui mencionado, e pelo Prof. Jamil Cury intitulado “Por um Plano Nacional de Educação: Nacional, Federativo, Democrático e Efetivo”.

Com base nesses documentos, o Todos Pela Educação, recomendou os seguintes pontos para o novo PNE no âmbito da CONAE/2010:

(1) Construção de um Sistema Nacional de Educação apoiado nos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, no Regime de Colaboração entre os entes federativos e numa Lei de Responsabilidade Educacional.

Nesse sentido, torna-se fundamental prover condições para que estados e municípios elaborem seus respectivos Planos de Educação e transformados em Lei, assegurando-os um caráter de estado e não de governo. Além disso, é preciso que sejam monitorados e avaliados regularmente. É preciso estabelecer metas claras, poucas e que possam ser assim acompanhadas pela sociedade. É preciso ainda que haja uma articulação entre o PNE e os planos nas esferas estaduais e municipais com recursos claros e compatíveis com as metas estabelecidas.

No que concerne o regime de colaboração, torna-se essencial estabelecer normatização própria de forma a assegurar a responsabilidade de cada ente no processo da oferta de uma educação de qualidade para todos os brasileiros. Aqui, como diz o Prof. Jamil Cury, a cooperação exige entendimento mútuo entre os entes federativos, e a participação em um Estado Democrático de Direito supõe a abertura de novas arenas públicas de deliberação e, em algumas situações, de decisão.

Por fim, a Lei de Responsabilidade Educacional tem como base a ética, posta claramente no Artigo 37 da Constituição. A educação é um direito. A privação desse direito em alguma de suas dimensões, como o padrão de qualidade, tem conseqüências imediatas e remotas ao longo da vida. Se esse direito é subtraído de alguém, haverá responsáveis por atos e omissões. Se existem responsáveis, eles

devem ter os seus atos e omissões tipificados clara e concretamente e, assim, penalizados. Como diz Cândido Gomes, em “Fundamentos de uma Lei de responsabilidade Educacional” Série Debates, X, Brasília: UNESCO, 2008, p. 1-20, cabe ao Estado tomar as providências necessárias para restaurar esses direitos lesados.

2) Valorização do Magistério: Essa é uma questão central para que o Brasil possa dar um salto de qualidade na educação básica. A valorização que o Todos pela Educação entende, como sendo estratégica, para que isso ocorra envolve quatro eixos: a) salário inicial atraente, b) plano de carreira c) formação inicial e continuada e d) condições de trabalho. Alguns estudos mostram que os países que deram esse salto de qualidade o fizeram porque conseguem atrair os jovens mais talentosos e preparados do Ensino Médio para a carreira do magistério. Ser professor nesses países é “objeto de desejo”. No Brasil, os jovens mais bem preparados vão para as carreiras mais valorizadas na sociedade, e as Licenciaturas, infelizmente, estão longe dessa situação. É preciso mudar esse quadro.

Para tornar a carreira do magistério atraente é preciso pagar bons salários, particularmente no início da carreira, ter uma carreira promissora ao longo da vida, que estimule o desenvolvimento profissional, ter uma sólida formação inicial e trabalhar em ambientes apropriados ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Para começar a enfrentar o desafio do salário e da carreira do professor no Brasil, o Governo Federal aprovou a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelece o piso salarial para o profissional do magistério e estabeleceu instrumentos que fixam as diretrizes para os novos planos de carreira e de remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Após decisão do STF, espera-se agora uma imediata implementação. No que se refere à formação docente, o país ainda precisa empreender um grande esforço em todas as esferas do poder público (União, Estados e Municípios).

Um trabalho realizado, em 2007, pelo Conselho Nacional de Educação mostrou que existe hoje no Brasil um déficit significativo de professores, particularmente localizado nas disciplinas de química, física e matemática. Além disso, os atuais professores estão exercendo suas atividades não na disciplina para a qual foram formados.

O próximo PNE deve estabelecer metas de formação e de qualificação docente para a Educação Básica. Para que essas metas sejam bem sucedidas, esses quatro eixos de valorização precisam ser implementados, a partir de um regime de colaboração entre o governo federal e os outros dois entes federativos, além de um forte compromisso das universidades brasileiras. Nesse contexto, é absolutamente necessário estabelecer os custos envolvidos para essa implementação e o tempo para que isso ocorra. Fazendo isso, o Brasil estará dando um importante passo para o tão desejado salto de qualidade na sua educação.

3) Financiamento da Educação Básica: Os números oficiais mais recentes, elaborados pelo INEP/MEC, mostram que o valor médio por aluno/ano investido na educação básica pelo Brasil é de R\$ 2.948,00 reais, relativo ao ano de 2009. Apesar do nítido esforço para ampliar os recursos para este nível de ensino, entre 2006 e 2009, o valor investido é ainda inferior àquele de países vizinhos, como Chile, México e Argentina, e cinco vezes menor do que investem os países da Comunidade Européia.

Apesar do esforço dos quatro últimos anos (2006-2009) para elevar os recursos para a Educação Básica, é ainda notório que esse esforço precisa ser bastante ampliado, ao menos para chegar próximo ao investimento feito pelos países vizinhos. Nessa direção, há de se louvar a promulgação da Emenda Constitucional 59 no apagar das luzes de 2009, que excluiu a educação da DRU – Desvinculação dos Recursos da União; só neste último ano (2009), cerca de R\$ 9 bilhões deixaram de entrar diretamente no orçamento do MEC. Esse é um passo im-

portante, mas não é suficiente para que o Brasil alcance um financiamento adequado às suas necessidades históricas e atuais para vencer os desafios da qualidade e equidade da Educação Básica. Assim, é de se esperar que os resultados atuais nas avaliações internacionais, como o PISA, levem o Brasil para as últimas posições. Com isso, não queremos dizer que o problema da qualidade está restrito ao aumento de recursos, mas com os valores atualmente empregados é difícil pensar em posições mais prósperas no *ranking* do PISA.

Apenas recursos isoladamente não levam as primeiras posições, isto fica bastante evidenciado ao verificar as posições da Alemanha e dos EUA. Os resultados em educação dependem também de uma boa gestão, professores valorizados, currículos atraentes e boa infraestrutura de trabalho. Mas sem recursos adequados, é difícil pensar em alcançar uma educação de qualidade.

Além disso, é preciso levar em conta que o Brasil tem ainda uma forte ausência de equidade no sistema educacional, que se reflete em escolas muito díspares em termos de condições de infraestrutura. Um mecanismo que vem sendo proposto é a implantação do custo aluno qualidade inicial (CAQi), mediante iniciativa da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e recentemente apoiada pelo Conselho Nacional de Educação, como estratégia de política pública para estabelecer os insumos básicos para um padrão mínimo de qualidade ao bom funcionamento de uma escola pública.

No contexto maior do financiamento da Educação Básica, o Todos Pela Educação entende que até 2012 deveria ser destinado 5% do PIB para este nível educacional. Nas diversas conferências municipais e estaduais realizadas ao longo de 2009, assim como o próprio documento elaborado pelo CNE, o percentual proposto a ser levado à CONAE, é de 10% do PIB, mas para todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, o que inclui, por exemplo, o ensino superior nesse percentual.

(4) **Gestão da Educação Básica:** Com o advento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um novo contexto de se trabalhar com um norte claro foi estabelecido para a educação brasileira, tendo como referência o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Estados e Municípios cada vez mais precisarão trabalhar em um novo ambiente, pautado pelo regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, compartilhando projetos e resultados para melhorar a qualidade do ensino público no Brasil. Com o PDE, diretrizes e metas foram estabelecidas para que os entes federativos alcancem o IDEB 6,0 – valor de referência para uma educação de qualidade definido pelo Ministério da Educação. Para tanto, cada ente federativo deve fazer gradualmente, ano a ano, a sua parte, a partir de um diagnóstico previamente elaborado. Nesse sentido, para que este cumprimento de tarefas e metas seja realizado de maneira eficiente, torna-se necessário profissionalizar a gestão educacional, no seu sentido mais amplo, não apenas a pedagógica, mas também a financeira e de recursos humanos, como também dar uma maior transparência ao desenvolvimento das ações que levem aos resultados esperados.

Foi com esse espírito que o Ministério da Educação estabeleceu, no contexto do PDE, para cada ente federativo um Plano de Ações Articuladas, o chamado PAR. Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas e efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica. Os Estados e Municípios foram convidados a fazer a sua adesão ao PAR, e a resposta de 100% a este convite do MEC mostrou claramente o reconhecimento dos entes federativos a este novo modelo de gestão. Nesse cenário, cada município e estado possui o seu próprio PAR, respeitando sua autonomia, em busca de melhores resultados educacionais. Outros

aspectos importantes que o PAR introduz são a transparência e o acompanhamento da sociedade nas ações desenvolvidas, permitindo assim um maior controle social.

Naturalmente, o resultado desse esforço invoca a necessidade de se construir para cada escola pública um instrumento de gestão e de financiamento. Nesse sentido, o Todos Pela Educação entende que o PAR, enquanto instrumento de gestão para a educação pública, deve estar no contexto do próximo PNE 2011-2020. É preciso ter como meta que cada escola pública tenha o seu próprio PAR articulado com o do município, de forma que os instrumentos locais de gestão estejam articulados entre si.

(5) Atendimento, Aprendizagem e Conclusão Escolar: como mencionamos acima, o Ministério da Educação estabeleceu o IDEB 6,0 como valor de referência para uma educação básica de qualidade, que seria equivalente a qualidade verificada hoje nos países da comunidade européia. O IDEB trabalha com os indicadores de aprendizagem e de fluxo escolar. O Todos Pela Educação, como também já foi mencionado anteriormente, na introdução deste trabalho, trabalha com um conjunto de cinco metas, onde as quatro primeiras têm como foco o aluno, em termos de atendimento escolar, aprendizagem e conclusão nas etapas do ensino fundamental e médio.

Se o IDEB tem a grande vantagem de se atribuir um único número para aferir a qualidade da educação, por outro lado essas quatro metas do Todos também de forma simples mostram mais claramente como está o atendimento, a aprendizagem e a conclusão escolar pelos estados e municípios.

Assim, o Todos Pela Educação entende que as suas metas, juntamente com o IDEB, apoiadas em um sólido e robusto sistema de avaliação (SAEB e Prova Brasil), podem representar uma importante contribuição da sociedade civil para o próximo Plano Nacional de

Educação, inclusive pelo fato de já estarem mensuradas ano a ano até 2021. Isto permitiria que a sociedade acompanhasse este aspecto importante do PNE, ao longo dos próximos dez anos, que impacta diretamente na qualidade da educação básica. Notadamente, no contexto ainda da aprendizagem, o Todos pela Educação também entende que o próximo PNE deva constar de um indicador capaz de mensurar o nível de alfabetização das crianças até os 8 anos de idade, como hoje já fazem alguns estados e municípios brasileiros. Assim, o Brasil estaria dando um passo importante para fechar a “torneira do analfabetismo”.

Notas biográficas

• Isaac Roitman

Possui graduação em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1962) e doutorado em Microbiologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1967). Pós-Doutorado: Haskins Laboratories/Pace University, New York, USA (1967-68); Hadassah Medical School, Hebrew University, Jerusalem, Israel (1969); University of Kent at Canterbury, UK (1977); University of Sussex, Brighton, UK (1990). Professor e gestor das seguintes IES: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor assistente e adjunto (1967-1974); Universidade de Brasília, Professor Titular, Diretor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares e Decano de Pesquisa e Pós-Graduação (1974-1995); Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Diretor do Centro de Biociências e Biotecnologia (1995-96); Universidade de Mogi das Cruzes, Diretor de Pesquisa, Pró-Reitor Acadêmico e Reitor (1997-2002). Pesquisador na área de Fisiologia de Microrganismos, especialmente de protozoários tripanosomatídeos. Publicou mais de 60 trabalhos em revistas indexadas, editou 2 livros e é autor/co-autor de 08 capítulos em livros. Orientou 20 teses (18 mestrados e 09 doutorados). Foi presidente e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Protozoologia e membro da Comissão Internacional da Society of Protozoology. Foi membro da diretoria, conselheiro e secretário regional do Distrito Federal da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. É membro titular da Academia Brasileira de Ciência desde 1995. Atuou no governo de 2003-08): Diretor da Avaliação da CAPES/MEC (2003-4); Assessor da Presidência do CNPq (2004-5) e Diretor do Departamento de Políticas e Programas Temáticos da SEPED/MCT (2005-8); Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial de

Saúde do MCT (2006-8). Presidente da Comissão Nacional de Avaliação de Iniciação Científica - CONAIC/CNPq (2004-9). Coordenador do Grupo de Trabalho de Educação da SBPC (2008 -). Presidente do Comitê Editorial da Revista DARCY (2010 -). Foi coordenador de Comunicação Institucional da Secretaria de Comunicação da UnB (2010-2011). Atualmente é o Subsecretario da Subsecretaria de Políticas para as Crianças da Secretaria do Estado da Criança do Governo do Distrito Federal. Recebeu várias homenagens, entre elas, a Medalha Nacional do Mérito Científico na categoria Comendador e Professor Emérito da Universidade de Mogi das Cruzes.

• Mozart Neves Ramos

Possui Graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal de Pernambuco (1977), Doutorado em Química pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (1982) e Pós-Doutorado em Química pela Politécnica de Milão – Itália (1987-1988). Realizou estágios de curta-duração em Química na Universidade de Grenoble – França (1986) e na Universidade de Coimbra – Portugal (1987). É Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco desde 1977. É membro titular do Conselho Nacional de Educação desde 2006. Foi Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (1992-1995). Foi Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (1993). Foi Reitor da Universidade Federal de Pernambuco no período 1996-1999 e 2000-2003. Foi presidente da ANDIFES (2002/2003). Foi Secretário de Educação de Pernambuco no período de 2003-2006. Foi Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED (2006). Foi Presidente Executivo do Movimento Todos pela Educação entre 2007-2010. Trabalha na área de Química Teórica com ênfase no estudo de complexos de hidrogênio utilizando métodos quânticos computacionais e no planejamento de novos medicamentos potencialmente ativos. Possui cerca de 150 trabalhos científicos publicados em revistas indexadas. Foi pesquisador do CNPq entre 1983-2008. É autor do livro Educação Sustentável – Editora Altana (2006). Foi agraciado com os seguintes títulos: As 100 Pessoas mais Influentes do Brasil em 2008, Revista ÉPOCA, 2008. Personalidade das Artes, Ciências e Letras da França, Academia de Artes, Ciências e Letras da França, 2006. Educador Internacional do Ano, International Biographical Center

– Cambridge – England, 2005. Cavaleiro da Ordem do Mérito da República Italiana, 2002. Medalha do Mérito Educacional Professor Paulo Freire, Conselho Estadual de Educação, 1988.

A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO

Apesar dos bons resultados que mostram a ampliação do acesso de nossas crianças e jovens à escola, a qualidade da educação brasileira ainda deixa muito a desejar. Além disso, a ameaça de um “apagão” intelectual de capital humano pode comprometer o desenvolvimento econômico e social do Brasil nas próximas décadas.

No Brasil, a utopia educacional foi sonhada por intelectuais e educadores. Documentos magistrais foram produzidos, destacando-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nas décadas de 1930 e 1950.

Anísio Teixeira, personagem central desse movimento, sonhou com uma escola que eduque, forme hábitos e atitudes, cultive inspirações e prepare a criança para sua civilização.

Essas aspirações precisam ser materializadas rapidamente, como sugere o título deste livro: *A Urgência da Educação*, com prefácio do professor e senador Cristovam Buarque e artigos de Isaac Roitman e Mozart Neves Ramos, que provocam a sociedade a refletir e se mobilizar para a conquista de uma educação de qualidade para todos os brasileiros.